



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

GIULIANA DA CUNHA FACCIOLLI

**Entre vanguarda e atraso: uma crítica à economia política do
desenvolvimento desigual em David Harvey e Francisco de
Oliveira**

BRASÍLIA 2021

GIULIANA DA CUNHA FACCIOLLI

Entre vanguarda e atraso: uma crítica à economia política do desenvolvimento desigual em David Harvey e Francisco de Oliveira

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Sociologia.
Orientador: Prof. Dr. Stefan Klein

BRASÍLIA

2021

GIULIANA DA CUNHA FACCIOLLI

Entre vanguarda e atraso: uma crítica à economia política do desenvolvimento desigual em David Harvey e Francisco de Oliveira

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Stefan Klein

Prof. Dr. Stefan Fornos Klein
Orientador
(Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Vladimir Ferrari Puzone
Examinador
(Universidade de Brasília)

Profa. Dra. Bruna Della Torre de Carvalho Lima
Examinadora
(Universidade Estadual de Campinas)

BRASÍLIA

2021

'It appears, that the very process of development, even as it transforms the wasteland into a thriving physical and social space, recreates the wasteland inside of the developer himself. This is how the tragedy of development works.'

(Marshall Berman, *All That Is Solid Melts into Air* Berman, 1982)

“Continuamos, portanto, na mesma, a mesma desgraça econômica de sempre, desde que a terra, o trabalho dos homens e a moeda de troca entre eles foram transformados em mercadoria, como qualquer outro artigo de comércio. [...] Era o que Marx e Engels queriam dizer, no momento mesmo em que chamavam a moderna exploração econômica pelo nome, ao declarar que a história de todas as sociedades tinha sido até então a história da luta de classes. Pois bem: se toda a história é história da luta de classes é porque a história sempre foi a mesma coisa, numa palavra, pré-história.”

(Paulo Eduardo Arantes, “*Nem tudo que é sólido desmancha no ar*”, *Estudos Avançados* 12 (34), 1998).

AGRADECIMENTOS

Jamais imaginei que me encontraria em tal contexto de deterioração das condições de existência, em que tentativas de se achar razões para “ser grata” parecem tomar formas que variam desde um falso alívio emocional, porque insuportavelmente breve e fugidio diante das atualizações do noticiário, até um cinismo decadente, que acredita que o sofrimento de muitos – um sofrimento que poderia ser evitado – deve servir a um bem maior, trazido pela fé, superação e mais alguns outros bla-bla-blas. Diante da catástrofe da pandemia, da crise econômica e política e disseminação desenfreada de *fake news*, a vida tem sido cáustica e melancólica, numa realidade em que o luto parece não encontrar seu tempo de ultrapassagem. Agradecer a Deus, soa mais como agradecer a Moloch, que se alimenta e fortalece nos seus sacrifícios diários; agradecer à família é como saudar a memória de uma família de milícias; e agradecer à minha terra não deixa de me remeter ao mesmo nacionalismo desvirtuado que a classe média exhibe em suas janelas.

Mas se resta ainda um possível ponto de virada, um chão onde pisar quando tudo se desmancha pelos ares, eu devo à minha experiência na universidade pública. Desde a extensão acadêmica e atuação em meio à comunidade interna e externa, ao deixar estar-se nos espaços abertos do ICC e dos pavilhões nos tempos em que ainda era permitido perder tempo, à ocupação estudantil contra a PEC do Teto de Gastos, que ressignificou o espaço universitário para mim, foi o conhecimento que reuni nesses momentos da graduação na UnB que me permite mobilizar as ferramentas necessárias para elaborar o trauma do presente e não me afundar nesse lamaçal de esvaziamento de sentidos. Pensar a realidade na forma mais imediata em que se apresenta guarda em si um pessimismo, mas é o processo de formação que permite o acesso aos caminhos de se enfrentar a deformação. Assim, a aqueles e aquelas que me acompanharam nesse percurso e me ajudaram a desenvolver esse ponto de partida, gostaria de agradecer.

Aos meus professores orientadores das três pesquisas que desenvolvi no âmbito da iniciação científica e dessa mesma monografia, obrigada pela paciência, atenciosidade e suporte nas compreensões dos meus diferentes objetos de investigação. À professora Daniela Freddo, agradeço pelo seu jeito único de se relacionar com seus alunos, de uma tal empatia e dedicação que torna difícil crer que está vinculada ao departamento de economia. Ao professor Edemilson Paraná, pelas longas conversas que poderiam muito bem não terminar e por ter me aberto tantas portas quando outras pareciam se fechar. Ao professor Stefan Klein, que suportou o formato remoto ao meu

lado, pelo tempo dedicado à realização de valiosos conselhos e apontamentos, e que sem eles, não seria capaz de redigir essa monografia.

À professora Bruna Della Torre de Carvalho Lima e ao professor Vladimir Puzone, por terem aceitado o convite para compor a banca e pelas críticas e comentários por ocasião da defesa da monografia.

Aos grupos de estudo que integrei ao longo desse tempo, agradeço poder ter espaço em meio a tantos pesquisadores qualificados, com temas de pesquisa tão instigantes e de participar em discussões com contribuições tão profícuas. Sou grata ao Mercado de Ideias, um ambiente que oferece maior autonomia aos alunos de graduação e desenvolve suas habilidades de elaboração e colaboração, uma experiência completa que me felicito de ter participado. Ao Núcleo de Estudos em Economia, Tecnologia e Sociedade (NETS), onde o conhecimento é construído e compartilhado por pesquisadores em diferentes momentos da sua trajetória e em diferentes regiões do Brasil, uma troca rica e única, que tenho grande orgulho de compor enquanto integrante. Ao “grupo secreto” de Teoria Crítica, agradeço pelos debates acalorados, mas também pelas risadas que pude ter junto ao professor Vladimir e aos colegas, Evellyn, Júlia e *um certo* Guilherme.

Meus saudosos agradecimentos aos meus companheiros de tabaco pós-aulas, Domitila e Eliel. Obrigada pela amizade e os momentos de descontração, mas também por suas diferentes e particulares contribuições para o estudo da teoria social.

Por fim, agradeço a Guilherme cada segundo seu ao meu lado nesses últimos 4, quase 5 anos. Obrigada por ser não somente meu grande amor, mas meu grande amigo; por ser o narrador das minhas desventuras ao estilo *sitcom*, mas também meu confidente e livrador nos momentos de fraqueza; por solfejar absurdos, mas também por elaborar problemas, colocar provocações, esclarecer ideias que em muito me acompanharam e me ajudaram nos meus estudos.

RESUMO

A crise estrutural do capital a partir da década de 1970 compreende um período de profundas mudanças que marcaram a transição do regime de acumulação fordistakeynesiano em direção à acumulação flexível em países do capitalismo avançado, posteriormente emergindo ao lado de novas formas culturais, sociabilidades e práticas de governo sob o signo do Neoliberalismo. Paralelamente, as transformações radicais verificadas também na periferia do sistema – em particular, no Brasil – datam desde a marcha forçada do processo de modernização conservadora da segunda metade do século XX à sociedade ornitorrínquica pós-democratização. A presente monografia procura discutir as convergências e divergências desses padrões de desenvolvimento entre centro e periferia, se valendo das abordagens formuladas por David Harvey e Francisco de Oliveira, principalmente no que tange às transformações nos eixos de trabalho, capital e Estado. Em primeiro lugar, pretende destacar como a noção de desenvolvimento desigual e combinado utilizada nas explicações dos processos inscritos na história do desenvolvimento capitalista brasileiro serve de chave valiosa para explicar o neoliberalismo, na medida em que as práticas de acumulação primitiva se tornam recorrentes e contínuas no capitalismo contemporâneo, passando de genéticas para estruturais; os mercados de trabalho assumem uma familiar dualidade com o alastramento de formas de trabalho até então consideradas arcaicas ou secundárias; usa ativamente o aparato estatal seja para regular em prol do capital, seja para institucionalizar a força da violência na anulação dos conflitos – pulando de um autoritarismo de outrora ao risco de um “totalitarismo neoliberal”. Por fim, concluo como o Brasil, diante do desenvolvimento capitalista mundial, se colocou no *atraso da vanguarda e na vanguarda do atraso* (OLIVEIRA, 1998) nos diversos momentos da sua história, seja desde os princípios, com o capitalismo comercial, enquanto colônia de produção e exploração - ainda que escravocrata - até o período contemporâneo, com a ascensão do capitalismo financeiro, que já dava sinais de vida pela especulação precoce do período militar – ainda que nunca tenha completado a própria industrialização.

Palavras-chave: Desenvolvimento Desigual; Regimes de acumulação; Francisco de Oliveira; David Harvey; Capitalismo Periférico.

ABSTRACT

The structural crisis of capital from the 1970s onwards comprises a period of profound changes that marked the transition from the Fordist-Keynesian accumulation regime towards flexible accumulation in advanced capitalist countries, later emerging alongside new cultural forms, sociabilities and government practices under the sign of Neoliberalism. At the same time, the radical transformations verified in the periphery of the system – particularly in Brazil – date from the forced march of the process of conservative modernization in the second half of the 20th century to the postdemocratization platypus-like society. This monograph seeks to discuss the convergences and divergences of these development patterns between the center and the periphery, using the approaches formulated by David Harvey and Francisco de Oliveira, especially with regard to the transformations in the axes of work, capital and State. First, it intends to highlight how the notion of unequal and combined development used in the explanations of processes inscribed in the history of Brazilian capitalist development serves as a valuable key to explaining neoliberalism, as the practices of primitive accumulation become recurrent and continuous in the contemporary capitalism, moving from genetics to structural; labor markets assume a familiar duality with the increase of forms of work hitherto considered archaic or secondary; it actively uses the state apparatus either to regulate in favor of capital, or to institutionalize the force of violence in the annulment of conflicts – jumping from the authoritarianism of yesteryear to the risk of a “neoliberal totalitarianism”. Finally, I conclude how Brazil, in the face of world capitalist development, has placed itself at the *Avant-garde of backwardness and the backwardness avant-garde* (OLIVEIRA, 1998) in the various moments of its history, whether since the beginning, with commercial capitalism, as a colony of production and exploitation - even if slavery - until the contemporary period, with the rise of financial capitalism, which already showed signs of life due to the precocious speculation of the military period - even though it never completed its own industrialization.

Keywords: Uneven Development; Accumulation regimes; Francisco de Oliveira; David Harvey; Peripheral Capitalism.

SUMÁRIO

DELINEANDO O PROBLEMA	11
CAPÍTULO 1 – DAVID HARVEY E AS AMARRAS SOCIAIS DO CAPITAL	19
1.1 <i>Fordismo-Keynesianismo e Estado de Bem-Estar Social</i>	20
1.2 <i>Acumulação Flexível e Estado Neoliberal</i>	27
CAPÍTULO 2 – FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA	37
2.1. <i>Desenvolvimentismo e Modernização Conservadora</i>	37
2.2 <i>Redemocratização Tardia, Vanguarda Neoliberal</i>	47
CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....	55
3.1 <i>O “Fordismo Imperfeito” sob Regulação Autoritária</i>	61
3.2 <i>Novo Dualismo ou Antiga Dialética?</i>	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

DELINEANDO O PROBLEMA

A presente monografia busca refletir acerca do desenvolvimento capitalista em termos de sua dinâmica contraditória entre forças produtivas e relações sociais de produção sob uma perspectiva temporal e espacialmente localizadas em um momento de crise e transição no interior do capitalismo. Trata-se da última grande crise do capital do século XX, a crise estrutural dos anos 1970, responsável por engendrar uma cadeia de transformações que afetaram a forma pela qual o sistema se reproduzia até então. Apesar de partir de compreensões da teoria marxista, o trabalho não pretende perscrutar suas categorias fundamentais em seus desdobramentos lógicos, portanto, entendendo ser desnecessário acompanhar *pari passu* o caminho argumentativo exposto por Marx em “O Capital”. Logo, trata-se de realizar uma discussão comparativa.

Mas o que se pretende colocar em comparação nestas linhas? Nada mais, nada menos que as experiências históricas contrastantes de desenvolvimento entre o centro e a periferia do capitalismo, particularmente, entre potências capitalistas como EUA e Reino Unido diante das especificidades brasileiras. Assim, procura-se retomar a questão levantada por Francisco de Oliveira, de “verificar até que ponto a expansão do capitalismo no Brasil reproduz a história da construção do capitalismo nos países centrais” (OLIVEIRA, 2003, p. 108) e, de forma complementar, se as modificações na composição do capitalismo nos países centrais poderiam espelhar determinadas relações tradicionalmente associadas à periferia, no caso, o Brasil. Essa posição não é trivial: assume-se, aqui, que a construção de uma crítica a partir da perspectiva periférica teria algo de essencial a revelar sobre os padrões de desenvolvimento em seu todo, apontando para algo mais que um mero apêndice do sistema.

Por outro lado, se algumas categorias, tais como “centro” e “periferia”, são aqui abordadas com certa maleabilidade, vale a pena pontuar a que elas *não* se referem, ao menos não com a projeção que cabe a este espaço. A título de um esclarecimento inicial, não se pretende realizar um diálogo imediato com as noções de “imperialismo” e “colonialismo”, ainda que não se possa negar a importância dessas categorias para analisar a história e transformação do capital no seu processo de expansão global.

Igualmente importante ressaltar, o presente trabalho não se reduz a uma monografia de história econômica e social, pois “não pressupõe a existência de uma dinâmica histórica, como característica da vida social humana, mas analisa a forma de dominação social intrínseca à sociedade moderna capitalista como produtora de uma dinâmica histórica” (POSTONE, 2008, p. 94).

Como método de investigação, procurei erigir e me orientar pelos parâmetros i) trabalho, ii) *Estado* e iii) capital como eixos de apreensão das transformações em cena, visando destacar rupturas e continuidades, divergências e convergências, dentre as tendências que aparecem na passagem de um padrão de desenvolvimento ao outro. Os papéis designados ao *Estado*, *capital* e *trabalho* e a maneira pela qual se relacionam mutuamente são relevantes para compreender o modo de produção capitalista e, com isso, vislumbrar a dinâmica de forças que move o desenvolvimento inerentemente contraditório entre relações sociais e forças produtivas. *Trabalho* é um eixo importante pois diz respeito à base fundamental da qual se extrai mais-valor, isto é, à força de trabalho. Nos termos da teoria do valor de Marx, é a exploração do trabalho vivo que produz a força que anima o capital nos processos produtivos e, por outro lado, guarda sua relevância política pois é na relação social implicada na transformação do trabalho em força de trabalho que se articulam interesses objetivos de classe e se permite organizar uma sociedade propriamente capitalista, isto é, aquela pautada por uma divisão social do trabalho e engajada na produção de riqueza abstrata.

Já com relação ao *Estado*, pode-se afirmar que não haveria condições materiais de existência do capitalismo sem a sua presença, atuando como garantidor de um quadro de regras determinadas capazes de direcionar a disputa distributiva própria a essa formação social inerentemente conflituosa. Ademais, o Estado é parcialmente autônomo em relação ao capital, ou seja, é funcional à acumulação enquanto representante do capital em geral, mas não é imediatamente uma instituição de dominação direta desse capital em geral, pois também regula e protege juridicamente o capital em particular e, sob a forma da democracia burguesa clássica, torna-se permeável à entrada de classes subordinadas, que buscam transformar seus interesses em direitos sociais.

O eixo *capital*, por sua vez, remete à teoria marxiana, em primeiro lugar, na medida em que a estruturação da economia pressupõe o conhecimento de sua *forma de acumulação*, isto é, como as unidades básicas de produção estão organizadas em termos de quem possui e quem controla a propriedade e qual seu tamanho. Consecutivamente, também observamos que o valor total acumulado não se restringe a um bloco

monolítico, mas é repartido às várias frações do capital, que buscam sempre novas estratégias capazes de superar os limites físicos e institucionais subjacentes à extração de mais-valor; no entanto, as estratégias associadas à superação das barreiras à acumulação de capital são inerentemente contraditórias e, enquanto tal, incapazes de esquivar-se da tendência a crises, o que termina por configurar o capitalismo como um sistema dinâmico e sujeito a profundas transformações.

A escolha do tema e a decisão de dividi-lo dando particular atenção a esses eixos é inspirada nas discussões proporcionadas pela minha participação no Núcleo de Estudos em Economia, Tecnologia e Sociedade e de leituras do campo de Pensamento Social Brasileiro. Em especial, destaco os caminhos percorridos pelos avanços tecnológicos conforme descritos no capítulo 13 do tomo I do *Capital*, “Maquinaria e Grande Indústria”. Neste capítulo, existe uma sucessão de eventos que saltaria aos olhos de qualquer apologético do progresso linear supostamente promovido pelas destruições criativas do capital. Para além da riqueza em detalhes, mobilizados para descrever a ascensão da grande indústria e cada ferramenta, máquina e sistema automático que a partir dela se desdobra, Marx destaca como a tecnologia, em sua aplicação mais imediata, mais tangivelmente inovadora leva, na verdade, ao prolongamento da jornada de trabalho e intensificação do trabalho – mesmo diante das possibilidades de emancipação do trabalho oferecidas pela substituição da força motora humana pela automática. Entretanto, esse aspecto é ainda o mais comumente ressaltado. Há ainda que se considerar os efeitos retroativos dos avanços técnicos e o papel da regulação sobre estes.

Pontua Marx: “o trabalho feminino e infantil foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria!” (2013, p.469), como para destacar que, certamente, o avanço capitalista é o avanço na extração do conteúdo que o anima, isto é, pelo aumento da sua base exploração, pela incorporação de todos os membros da família à categoria de força de trabalho, mas também é uma revolução radical na mediação formal da relação capitalista, entre trabalho e capital, que proliferam formas mais brutais de contrato de trabalho. Assim, vale a pena complementar: “a demanda por trabalho infantil assemelha-se, com frequência, [...] à demanda por escravos negros [...]” (2013, pp. 469-470), no que se pode já começar a indagar em que sentido esse revolucionamento se moveria. Na verdade, mesmo quando se anuncia a chegada da máquina decisivamente revolucionária, que se apodera de inúmeros ramos de produção, essa transformação radical do modo social de produzir “consuma-se num emaranhado

caótico de formas de transição” (MARX, 2013, p.543) em que esse lento processo de superação [*Aufhebung*] de um meio de produção ao outro não poderia deixar de se furtrar ao uso de formas aparentemente arcaicas de produção - tal como ilustrado pela relação entre a indústria domiciliar moderna e a fábrica. Por outro lado, o que era lento passa a se acelerar pela aplicação das leis fabris: a transformação da produção manufatureira em fabril é artificialmente impulsionada pela regulação do Estado; o mesmo também impulsona os processos de concentração de capital, que se vale da ruína das pequenas oficinas que não mobilizam condições materiais de acessar a maquinaria adequada para se adaptar aos novos padrões competitividade colocados pela regulação. Assim, se por um lado, o novo regimento purga as condições de trabalho anteriormente brutais, por outro, gera uma nova onda de automatização.

Transformações mais contemporâneas parecem contemplar certas similaridades e relembram os processos descritos no capítulo 13, e assim, merecem aqui também breve menção. Quando se fala em crise estrutural do capital e ascensão do paradigma de acumulação flexível, (e que será mais profundamente abordado adiante), um dos primeiros eventos que se vêm à mente é a experiência das maquiladoras mexicanas, que foi historicamente uma estratégia para lograr a transferência de tecnologia e impulsionar o desenvolvimento interno; a instalação dessas empresas, contextualizada por uma legislação favorável ao capital, pelo contrário, se valeu de formas arcaicas de exploração, mesmo com o pretexto de internalização da tecnologia industrial. Finalmente, a discussão acerca de uma certa “contemporaneidade do não-coetâneo” que o desenvolvimento capitalista enseja reverbera e alcança até algumas formulações correntes do tempo presente. Se a sociedade informacional de outrora parecia partir a França em duas, ecoando os riscos de uma brasilianização do centro avançado (ARANTES, 2004), hoje, a aparição fantasmática da dualidade periférica sob a denominação de um *tecnofeudalismo* parece novamente corroer a Europa Ocidental, onde o domínio profuso da economia digital promoveu o Grande Salto para Trás.

À luz dos pontos de tensões levantados anteriormente, podemos falar que a crítica a uma razão dualizante ainda está na ordem do dia e ainda haverá muito o que indicar, atuando como verdadeira bússola dos rumos que o desenvolvimento capitalista, tanto na periferia, quanto no centro, tomou e pode tomar. Essa perspectiva será aqui privilegiada, pois retoma as categorias de arcaico e moderno, recorrentes no Pensamento Brasileiro, mas de inspiração marxista, e procura oferecer uma resposta capaz de articular dialeticamente esses pares.

Portanto, no primeiro capítulo da monografia, veremos como, no caso do centro capitalista avançado, o pós-Segunda Guerra Mundial trouxe um padrão de acumulação que se consolidou pelo equilíbrio de forças entre trabalho organizado, grande capital corporativo e Estado de Bem-Estar Social, de larga intervenção e planejamento econômico. Próprios dessa configuração eram elementos de disciplinamento dos trabalhadores, do consumo em massa e do poder de barganha na disputa distributiva; a presença de linhas de produção eficientes permeadas pela racionalização tecnológica, geralmente circunscrita às regulações dos vários Estados-nação que se comprometiam a elevar o padrão material de vida geral e a manter os níveis de investimento; e a nível político-estatal, a capacidade de absorver excedente em parte por despesas produtivas e em infraestruturas necessárias para manter uma base estável para o crescimento do lucro e para a reprodução da força de trabalho, assim como atuar enquanto principal mediador nas relações entre capital e trabalho. A hegemonia dessa configuração residia na representação sólida (apesar de contraditória) do valor na figura do dólar estadunidense com conversibilidade fixa em relação ao ouro.

A crise significou um abalo na acumulação e no poder de classe capitalista, levando ao rompimento com a rigidez específica dos papéis associados ao “grande trabalho, grande capital, grande governo” (HARVEY, 1994, p. 136), e produzindo, em última instância, transformações distintas na história e geografia do capitalismo contemporâneo. Uma grande onda de desregulamentações tomou as configurações desse momento anterior, pressionando no sentido de uma maior flexibilidade nas dinâmicas presentes nesses três pilares. O trabalho organizado foi solapado com altos níveis de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, recontrações ou subcontrações com ganhos salariais modestos e retrocesso do poder sindical. Muitos Estados vislumbraram crises fiscais, sendo conduzidos a reajustes subsequentes que colocaram em xeque seu poder discricionário e sua legitimidade política diante das classes trabalhadoras; a fácil acomodação anterior entre grande capital e Estado se tornou conflitiva e contraditória, sendo obrigado a subtrair muitas vezes o interesse nacional em favor de medidas que envolvem maior liberalização dos mercados; os déficits públicos não recuaram como poderia fazer acreditar a onda de privatizações, mas agora atuam em favor de uma distribuição regressiva de renda, riqueza e poder. Livre dos compromissos anteriores, o capital pôde expandir seu poder por meio do surgimento de novos nichos de mercados, do avanço de serviços ligados às telecomunicações e de promoção de grandes eventos. Houve, ainda, taxas intensificadas

de inovação comercial, tecnológica e organizacional, a competição intercapitalista se exacerbou e produziu um vasto deslocamento espacial de plantas produtivas em direção à periferia, buscando diminuir os custos de produção; o capital financeiro emergiu como grande elo coordenador do regime de acumulação flexível, escapando às regulações estatais e reformulando os padrões de governança sob a sua lógica (HARVEY, 1994).

No segundo capítulo da monografia, partiremos da apresentação do caso brasileiro, em que a relação entre trabalho, capital e Estado se deu de forma imperfeita, numa configuração de poder muitas vezes desigual e instável entre esses pilares, apresentando um descompasso mais acentuado entre formas políticas e forças produtivas. O grande capital corporativo se formava a partir de um crescente processo de oligopolização, institucionalmente localizado na passagem do populismo rumo à ascensão do Estado Bonapartista da ditadura militar¹, um Estado de violência econômica e política aberta contra as classes subordinadas, mas inerentemente instável. A expansão capitalista no Brasil, partindo duma base de acumulação relativamente pobre, se deu por meio de um processo de desenvolvimento desigual e combinado que, em lugar de absorver seus traços arcaicos ao sistema a fim de eliminá-los sob a agência de uma *revolução burguesa*, tornava aquela periferia funcional às necessidades internas de acumulação do sistema, reproduzindo-a sob novos patamares, reiteradamente. Assim, é perceptível alguma acomodação entre grande capital e Estado em termos de uma racionalidade técnico-burocrática que buscava garantir o crescimento das taxas de lucro e de investimentos em produtividade, mas às custas de uma extrema exploração da força de trabalho, da presença de uma legislação conservadora em termos de poder sindical e da ausência de um consumo em massa em função da extrema concentração de renda que esse desenvolvimento produzia e sob o qual se alimentava. Além disso, o “grande capital” aqui era o capital estatal e o estrangeiro, uma vez que o capital privado nacional não era capaz de emergir autonomamente ao longo do processo de concorrência

¹ Conforme a sociedade burguesa se desenvolvia na França pós-revolucionária, ocorria, paralelamente, um aprofundamento da divisão do trabalho, levando a uma maior concentração de riqueza nas mãos das burguesias e maior expropriação de trabalhadores; na esfera política, uma maior centralização do aparato estatal levava a cabo suas funções regulatórias, de reger os âmbitos político e jurídico. Com esse aprofundamento do capitalismo, tornam-se mais patentes os diferentes interesses de classe, ao mesmo tempo que se torna preciso que esses interesses pudessem ser congregados e colocados na forma de um interesse geral. Por outro lado, a crise social, política e econômica que se instaura e se agudiza faz com que as classes burguesas optem, como única saída em sua perspectiva, pela entrega do poder político para uma figura ditatorial, buscando resolver os conflitos por cima do conjunto da sociedade. O Bonapartismo é, assim, o momento em que o poder executivo ascende sobre os demais poderes do Estado e sobre o conjunto da sociedade. Tal concatenação de eventos também pode ser observada no caso brasileiro, como será discutido posteriormente.

monopolística que, dentre outros elementos, dependia fortemente das tecnologias trazidas desde alhures mediante a instalação de multinacionais. A aceleração desse modelo de acumulação precipitou uma crescente externalização do processo produtivo e decisório e também a própria difusão do curto-prazismo financista, que apareciam como mau agouro do que a realidade brasileira viria a se tornar num momento seguinte. O retorno aos governos democráticos e a crise da dívida marcam a chegada do neoliberalismo no Brasil, curiosamente caracterizado por um aprofundamento de traços já anteriormente presentes, mas que encontra na reativação do movimento operário, a possibilidade de construção de uma esfera pública a partir das esperanças de se tecer uma nova relação entre classes, um novo modo de regulação da economia a partir das classes subalternas.

No terceiro capítulo, retornamos à matriz teórica marxista de ambos os autores, buscando entender em que consiste falar em “desenvolvimento desigual”. Para Marx (2011), a tendência expansiva do capital tende a ampliar continuamente a periferia da circulação e a transformá-la em produção realizada pelo capital. É essencialmente um processo que produz desigualdade, tanto pelo próprio aspecto contraditório do desdobramento da lei do valor, quanto pelo choque com diferentes forças mediadoras gestadas ao longo de processos históricos em cada sociedade. Para Harvey (2005b), por sua vez, essa diferença nos padrões de desenvolvimento entre países do sistema capitalista é explanada pela ótica do *desenvolvimento geográfico desigual*, que trata de como o desenvolvimento capitalista tanto engloba como destrói – uma forma de destruição criativa – o que toca, e pode ser compreendido fundamentalmente nas ordenações espaço-temporais da reprodução ampliada como pelos métodos truculentos da acumulação por espoliação. Em Francisco de Oliveira, a transição de uma economia agrária para uma economia industrial produzia uma integração dialética entre arcaico e moderno, na medida em que “a introdução das relações novas no arcaico [...] suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 60). A particularidade brasileira consistiria em dizer que a expansão do capitalismo no Brasil cresceu *por elaboração de periferias* (OLIVEIRA, 2003), e isso conferiu aos processos de acumulação primitiva um caráter estrutural e não simplesmente genético. Em seguida, procuraremos explicar como a emulação das largas taxas de crescimento, um alto padrão de vida material e garantias sociais respaldadas pelo Estado chegaram às periferias sob a forma contradita das

ditaduras repressivas contra sua força de trabalho e pelo influxo de capitais estrangeiros (tornados mais intensos a partir dos anos 1970), trazendo diretamente à contenda as formulações de Harvey e Oliveira. Por fim, o alastramento do neoliberalismo pelo mundo parece sinalizar uma estranha convergência dos padrões de desenvolvimento entre centro e periferia. A revivescência das práticas de acumulação primitiva, a segmentação dos mercados de trabalho e o retorno em larga medida da violência estatal como prática de governo repõem a necessidade de investigar o processo de desenvolvimento em sua totalidade.

CAPÍTULO 1 – DAVID HARVEY E AS AMARRAS SOCIAIS DO CAPITAL

Este primeiro capítulo procura formular uma reflexão calcada em algumas obras de David Harvey no que tange à compreensão das condicionantes política e econômica, partindo do fordismo/liberalismo embutido² até a acumulação flexível/neoliberalismo, principalmente em termos de suas formações estáveis ao longo do pós-Segunda Guerra, mas também de seus momentos de crise e transformação, a partir da década de 1970. Primeiro, discutiremos o que se entende por um equilíbrio relativo entre trabalho, capital e Estado, a fim de, adiante, analisarmos cada eixo destacado, um a um. Esse padrão de elucidação será estendido para as duas subseções deste capítulo, de modo que as transformações possam ser captadas ao longo do desenvolvimento do capítulo.

O período de consolidação do regime de acumulação fordista-keynesiano, de 1945 a 1973, se ergueu sob um arranjo de poder específico. Ele articulava uma base hegemônica de relações entre classes onde os interesses dos principais atores envolvidos no processo de desenvolvimento capitalista – o trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado-Nação – se articulavam na forma de um compromisso estável ao longo do tempo: de um lado, o poder econômico das classes dominantes permaneceria restringido em troca de altas taxas de crescimento e, de outro, o trabalho receberia uma parte maior do produto social. Essa conciliação expressava uma forma de acomodação política, institucional, social e econômica que respondia às tendências de crise do sistema (HARVEY, 1994) e passava a impressão de que “o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado” (ANTUNES, 1999, p. 40).

Em razão da mobilização de esforço de guerra e da ameaça estrutural oferecida pelo socialismo soviético, valeu-se do planejamento em larga escala, apesar das suspeitas capitalistas diante da coordenação e do controle centralizado, assim como da cooptação e cooperação do trabalho, mesmo com resistência de alas mais radicais do movimento operário às práticas de produção fordista-taylorista (HARVEY, 1994). Essa acomodação entre forças antagônicas só era possível mediante a presença do Estado – de suas instituições públicas de respaldo político e de seus mecanismos de intervenção e mediação –, o que acabava por reforçar a impressão de que as contradições inerentes à

² Uma tradução grosseira do termo *embedded liberalism*.

dinâmica capitalista podiam ser contidas, internalizadas. O resultado foi um sistema altamente racionalizado, orientado pela funcionalidade e eficiência tipicamente modernistas e pela mediação técnico-burocrática das relações salariais, ao lado da produção e do consumo em massa – em suma, um sistema geral de regulamentação social capaz de impulsionar consideravelmente as forças produtivas, criando taxas de crescimento econômico relativamente elevadas, mas longe de se solidificar em um equilíbrio perfeito isento de tensões e contradições na rede de relações sociais e institucionais que teceu. O regime de acumulação fordista-keynesiano também é descrito por Harvey nos termos de um liberalismo embutido:

Essa forma de organização político-econômica é hoje denominada normalmente "liberalismo embutido", para sinalizar como os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser circundados por uma rede de restrições sociais e políticas e um ambiente regulatório que às vezes restringiu, mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial. O planejamento liderado pelo Estado e em alguns casos a posse pelo Estado de alguns dos setores-chave (carvão, aço, automóveis) não foi incomum (por exemplo, na Grã-Bretanha, na França e na Itália). O projeto neoliberal busca desvencilhar o capital dessas restrições (HARVEY, 2008, pp. 20–21).

1.1 Fordismo-Keynesianismo e Estado de Bem-Estar Social

O trabalho organizado desfrutava de um considerável poder de barganha em espaços de negociação coletiva³, possibilitado pela mediação institucional de organizações sindicais burocratizadas e partidos políticos e a influência desses sobre o aparato estatal; buscavam assegurar uma postura colaborativa de seus representados diante das técnicas fordistas e das estratégias corporativas em troca de ganhos reais de salário, associados a ganhos de produtividade. Seu processo de trabalho envolvia mecanismos de disciplinamento dos trabalhadores que os capacitassem a operar o sistema de linha de montagem mas, também, tempo de lazer e renda suficientes para que bens produzidos em larga escala pudessem ser absorvidos por um mercado consumidor homogeneizado. Tal lógica tomava forma em função do aprofundamento da racionalização e eficiência produtiva, em que a incorporação de novas tecnologias – em especial, a esteira rolante – levavam a um salto exponencial na quantidade de produto por trabalhador, diminuindo o tempo de trabalho improdutivo, aumentando o ritmo de execução das tarefas e, conseqüentemente, aumentando a taxa de exploração.

³ “Acordos de produtividade que aceitam as novas tecnologias em troca de segurança no trabalho, tornaram-se importantes no processo de negociação sindical depois de aproximadamente 1945 nos países capitalistas avançados” (HARVEY, 2011, p. 57).

Na verdade, o modelo de organização fordista do trabalho se beneficiou fortemente do estado de arte anterior deixado pelas contribuições técnicas e organizacionais de F. W. Taylor: o trabalho já havia incorporado consideráveis incrementos de produtividade a partir “da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e organizando tarefas de trabalho fragmentadas de acordo com padrões rigorosos de estudo de tempo e movimento” (HARVEY, 1994, p. 121). A grande indústria avançara e, com ela, suas hierarquizações sociais e dispositivos de inabilitação do trabalho vivo, que, no caso do taylorismo, se expressavam na transferência da dimensão intelectual do trabalho para as esferas da administração científica, subdividindo-o em gerência, concepção, controle e execução. Assim, as jornadas de trabalho geralmente se resumiam a longas horas de trabalho rotinizado, baixo nível de destreza manual e exclusão do trabalhador da esfera decisória sobre o ritmo e planejamento da própria atividade. Mas vale frisar, esse modo de orientação do trabalho não se restringia apenas à esfera da economia. Em realidade, esses processos de trabalho característicos do período expandiram-se para além das fronteiras das fábricas, conformando um tipo específico de trabalhador, alinhado a um modo de vida hegemônico – e, aos olhos de Harvey, seria este o principal aporte oferecido pelo fordismo:

O que havia de especial em Ford (e em que, última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1994, p. 121).

Associado a esse tipo particular de trabalhador, deveria também vincular-se um processo produtivo subjacente, regido pela organização corporativa⁴ das unidades produtivas sob um sistema de montagem para a produção em massa. A ascensão da indústria pesada – principalmente a automobilística, a petroquímica, de construção naval, de materiais de transporte, de aço, de eletrodomésticos e de construção civil – pôde abastecer-se não só das inovações tecnológicas e organizacionais tayloristas mas, também, de tecnologias amadurecidas no período pós-guerra (HARVEY, 1994). O

⁴ A forma corporativa de organização de negócios data desde o século XIX, impulsionada, principalmente, por uma onda de fusões e de formação de trustes e cartéis que afetou uma ampla variedade de ativos industriais ao fim do período, produzindo uma forte centralização do capital. Essa tendência marcou o capitalismo estadunidense a partir de 1900 e permitiu atenuar a competição intercapitalista, levando ao aparecimento de práticas de planejamento e estratégias de precificação monopolista e oligopolista. (HARVEY, 1994).

grande capital corporativo se comprometeria a manter índices razoáveis de investimento produtivo que, contando com a expansão proporcional e sustentada da demanda efetiva subjacente, permitiria a absorção de suas mercadorias em larga escala, minimizando as ameaças de crises de realização, como ocorrera na primeira metade do século XX:

Large corporate power was deployed to assure steady growth in investments that enhanced productivity, guaranteed growth, and raised living standards while ensuring a stable basis for gaining profits. This implied a corporate commitment to steady but powerful processes of technological change, mass fixed capital investment, growth of managerial expertise in both production and marketing, and the mobilization of economies of scale through standardization of product (HARVEY, 1989, p. 134).

A ampliação dos fluxos de comércio mundial e de investimento externo também se tornava imprescindível para afastar as ameaças de crise. Para tanto, um canal aberto capaz de absorver capacidade produtiva excedente e viabilizar a acumulação, em termos de uma *reprodução ampliada*, era construído a partir de uma aliança global entre países do centro capitalista (principalmente as regiões da Europa, Japão e Estados Unidos) e, posteriormente, mediante a descolonização e o desenvolvimentismo no âmbito do Terceiro Mundo. Se, por um lado, aproveitavam-se do *desenvolvimento desigual* nas diferentes regiões da economia mundial para adquirir insumos a preços mais baratos, por outro, os acordos de livre circulação também buscavam mercados externos que servissem de escoadouro de mercadorias e serviços⁵. A abertura dos mercados de capital e de mercadorias ao poder de grandes corporações, no entanto, estava circunscrita à hegemonia financeira⁶ e militar dos EUA (HARVEY, 1994); mesmo as saídas de capital eram reguladas pelos Estados nacionais, uma vez que o Acordo de Bretton Woods mantinha os fluxos de capital sob um controle mais estrito. Assim, atividades especulativas permaneceram relativamente pontuais⁷ e “os poderes do capital financeiro, embora importantes, estavam circunscritos e eram razoavelmente transparentes” (HARVEY, 2011, p. 35).

Em suma, a demanda efetiva era sustentada, de um lado, pelo bloco de trabalhadores empregados nos setores monopolistas e, de outro, pela expansão do investimento em sistemas de transporte e comunicações e em infraestrutura – seja por intermédio do investimento estrangeiro, seja internamente, com gastos públicos. O

⁵ Retornaremos às consequências desse processo mais à frente.

⁶ O problema da representação do valor estava temporariamente resolvido: a moeda estadunidense, apoiada por uma taxa de câmbio fixa do dólar em relação ao ouro, funcionava tanto como meio de pagamento quanto como reserva de valor internacional.

⁷ Dado que a taxa de câmbio era conhecida a curto prazo, não havia margem para desvalorizações abruptas.

Estado mediava e assegurava o tácito acordo entre corporações e sindicatos, assumindo uma série de obrigações. Se empenhava em suavizar os ciclos econômicos com uma combinação adequada de políticas fiscais e monetárias de fundamentação keynesiana; adicionalmente, a atuação estatal preconizava a intervenção ativa nas políticas industriais, um papel relevante do investimento público⁸, uma complementação ao consumo do trabalhador mediante o direcionamento de fundos para o salário social (na forma de gastos com seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc.) (HARVEY, 2005a); tratava-se, em última instância, de garantir sua legitimidade política mantendo os níveis de desemprego formal baixos, expandindo o acesso a bens públicos⁹, engajando-se em políticas distributivas e assegurando uma base estável e crescente para realização dos lucros empresariais. De acordo com Harvey (2005a), o Estado transformou-se em um campo de forças responsável por internalizar as relações de classe.

Particularidades como o papel interno das relações de classes e da luta de classes, além da posição central ou subordinada do país no contexto da divisão internacional do trabalho, também determinavam o padrão de organização do Estado de Bem-estar Social nas diversas nações. Isso causava diferenças quantitativas e qualitativas no papel reservado ao Estado (seu grau de intervenção, legislação trabalhista, dentre outros). Esse ponto será particularmente relevante para os próximos capítulos, ocasião em que nos ocuparemos da experiência brasileira. Mas o que se deve destacar, de fato, é como governos nacionais de variadas vertentes políticas e ideológicas aderiram a práticas de Estado de Bem-estar Social, gestão macroeconômica keynesiana e controle das relações salariais, baseadas na racionalidade burocrática técnico-científica (HARVEY, 1994). Havia, portanto, certo consenso com relação à função do Estado. Ele deveria focar sua atuação no provisão de um ambiente econômico seguro que garantisse o pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar de seus cidadãos, onde o poder estatal deveria ser plenamente utilizado – seja paralelamente aos processos de mercado ou, se necessário, intervindo ou até mesmo substituindo-os para atingir esses fins (HARVEY, 2005a).

⁸ No caso dos EUA: “Investimentos na educação, no sistema de estradas interestaduais, a expansão da suburbanização e o desenvolvimento das regiões sul e oeste absorveram vastas quantidades de capital e de produtos nas décadas de 1950 e 1960.” (HARVEY, 2005b, p. 54); o Estado dos EUA funcionava como um Estado desenvolvimentista.

⁹ A ampliação do fornecimento de bens de uso coletivo estava intrinsecamente ligada à contínua aceleração da produtividade do trabalho no setor corporativo (HARVEY, 1994). Esse era o limite fiscal do então chamado “Estado Providência”.

A ameaça das crises parecia ter sido contida, internacionalmente e no interior das economias domésticas, ao menos até o final dos anos 1960. Sem embargo, a tradição marxista assinala que a tendência à superacumulação jamais poderia ser completamente eliminada sob o desenvolvimento capitalista e, assim, os mecanismos então colocados para conter, exprimir, absorver ou administrar as instabilidades inerentes a esse modo de produção permaneciam reféns das próprias contradições internas que irremediavelmente produziam:

Para Harvey, há três elementos centrais do capitalismo: ele é orientado para o crescimento, é baseado na exploração de trabalho vivo na produção e é necessariamente dinâmico do ponto de vista tecnológico e organizacional. Esses três fatores centrais são, entretanto, inconsistentes. Conseqüentemente, o desenvolvimento capitalista é caracterizado por uma tendência à sobreacumulação, que o torna propenso à crise. Historicamente, então, o problema do capitalismo tem sido a administração da sobreacumulação (POSTONE, 2008, p. 95).

Crises capitalistas são sempre crises de realização do valor, seja por não realizar todo o valor gerado, seja por realizá-lo a um patamar inferior do que foi dispendido inicialmente; são as “fases de desvalorização e destruição dos excedentes de capital que não podem ser lucrativamente absorvidos” (HARVEY, 2013, p. 68). Sinais de uma grave crise de acumulação de capital eram evidentes no período: o desemprego e a inflação estavam aumentando por toda parte, processo esse que se alongou por grande parte da década de 1970. A seguir, friso algumas dessas contradições.

Em primeiro lugar, vale pontuar que as garantias trabalhistas proporcionadas pelo pacto fordista geralmente se restringiam justamente aos setores monopolistas, onde “o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção” (HARVEY, 1994, p. 132); isso implicava a exclusão de parte de um contingente populacional, principalmente minorias discriminadas em função de gênero, raça e posição periférica, que, por sua vez, estavam comumente empregados em setores de maior risco e de baixa remuneração. As manifestações urbanas de final dos anos 1960 e a ascensão dos movimentos de luta por direitos civis denunciavam, dentre outras coisas, como as benesses do consumismo e o predominante corporativismo sindical não respondiam às necessidades sociais das demais parcelas da classe trabalhadora; esses movimentos de agitação social geravam uma contestação direta das bases sociais do fordismo. Além disso, essa separação da força de trabalho formalmente organizada diante das outras significava, para o capital, problemas de rigidez nos mercados de trabalho, em que tentativas de realocação de mão de obra e de

alteração de contratos esbarravam no poder político desses sindicatos, limitando o acesso a fontes mais baratas de mão-de-obra. Na verdade, o sucesso da racionalização fordista levava justamente a um incremento relativo cada vez menor de trabalhadores na manufatura e a uma disponibilidade cada vez menor do trabalho ao capital. Em outras palavras, a organização da força de trabalho e a escassez de mão de obra (tanto na Europa quanto nos EUA) produziam o fenômeno de “esmagamento do lucro” (HARVEY, 2013), reduzindo as taxas de acumulação. Assim, “um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital e a consolidação do poder de classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho” (HARVEY, 2011, p. 20).

O abalo nas taxas de lucro corporativas refreou os investimentos em capital fixo de longo prazo, que então se mostraram um peso nas necessidades de remanejamento do capital. Provocou uma queda na produtividade e afetou a rentabilidade sustentada que marcara o período. Somando-se a isso, os demais mercados de países capitalistas avançados também chegavam a seu nível de saturação, passado o momento de reconstrução e expansão após a II Guerra Mundial. A crescente pressão por novas esferas de valorização indicava um abalo na hegemonia econômica estadunidense em função do aumento da competição intercapitalista a nível internacional, expresso na emergência de potências econômicas como a Alemanha e o Japão, pela primeira leva de disseminação de multinacionais em direção à periferia do sistema e, em especial, pelas políticas desenvolvimentistas de substituição de importações na América Latina. Esse capital excedente, por um lado, contrapunha-se às convenções e regulações do período em busca de novos mercados disponíveis e, por outro, era aplicado na forma da guerra contra a pobreza nos EUA e na guerra do Vietnã, gerando certa compensação a curto prazo.

A década de 1970 foi uma fase de excedente crônico de capital, grande parte dele transferido para os Estados produtores de petróleo após 1973 e depois reciclado como capital monetário por meio dos bancos de investimento de Nova York. Usos lucrativos para o excedente eram difíceis de encontrar porque as saídas existentes – especulação nos mercados imobiliários, ondas de gastos estatais com a guerra, gastos crescentes com a previdência social – estavam saturadas ou organizadas de modo a dificultar o lucro. Instalou-se, então, uma crise crônica de estagflação (HARVEY, 2013, p. 71).

A ideia de *excedente crônico de capital* caracteriza a abordagem específica de David Harvey para compreender a fase de crise estrutural do capitalismo. De acordo com Musse (2014), Harvey rejeita a tese do subconsumo da classe trabalhadora – traduzida, em outros termos, na noção de deficiência na demanda efetiva –, discorda da

teoria da queda tendencial da taxa de lucro – decorrente do resultado colateral da substituição do trabalho por inovações tecnológicas – e, por fim, afirma que o “achatamento das taxas de lucro” pelo encarecimento da mão de obra seria insuficiente, apesar dos fortes indícios para tal no período discutido. Em lugar de procurar explicações, separadamente, em cada um desses pontos, incorpora aspectos das três correntes ao propor que as crises derivariam de uma “tendência congênita à superacumulação de capitais” (MUSSE, 2014, p. 61). Ao fim e ao cabo, a reabsorção desses capitais excedentes se dará somente pela derrubada de quaisquer barreiras – espaciais e temporais¹⁰ – que venham a aparecer no caminho.

Todos esses pontos irão ecoar em uníssono na capacidade do Estado (em especial, dos EUA e sua moeda nacional-internacional) de resolver institucionalmente e economicamente esses impasses. A ambiguidade existente na função do dólar – por um lado, sujeito a uma política fiscal e monetária pautada em interesses internos estadunidenses e, por outro, na sua posição de reserva de valor global estável – passou a ser tencionada. Os déficits públicos dos EUA se transformavam em dificuldades fiscais pois, de um lado, não mais eram acompanhados pelo crescimento do produto interno (em função da baixa sobre o lucro) e, de outro, se desenrolavam pressões de ordem da legitimidade política dos compromissos do Estado de Bem-Estar Social. A promessa de expansão dos gastos públicos em programas sociais para outras parcelas da população ficava obstruída, apesar das tentativas dos EUA de recorrer à expansão monetária como forma de estimular a economia. Em contrapartida, o efeito líquido era de somente levar à aceleração da inflação e a crise doméstica estava posta:

A crise de 1973-5 nasceu em parte de um confronto com a rigidez acumulada das políticas e práticas governamentais construídas durante o período fordista-keynesiano. As políticas keynesianas pareciam inflacionárias à medida que os direitos aumentavam e as capacidades fiscais estagnavam. Visto que sempre fez parte do consenso político fordista que as redistribuições deveriam ser financiadas a partir do crescimento, a desaceleração do crescimento inevitavelmente significou problemas para o Estado de Bem-Estar e o salário social. [...] A retirada gradual do apoio ao Estado de Bem-Estar Social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começou como uma necessidade econômica na crise de 1973-5, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores em uma virtude governamental (HARVEY, 1994, pp. 157–158).

¹⁰ Movimentos de deslocamento temporal são expressos na forma de investimentos em projetos de longo prazo (em geral em infraestrutura) ou gastos sociais, enquanto deslocamentos espaciais permitem a abertura de novos mercados (tal como a primeira leva de multinacionais a se expandirem para a periferia) e/ou novos fatores de incorporação (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011).

O crescente endividamento estatal e o excesso de liquidez na forma de pressões inflacionárias solapavam a posição do dólar como reserva de valor internacional estável. A formação do mercado financeiro de eurodólar¹¹ e o aumento demasiado da dívida a países do Terceiro Mundo tornavam-se sinais prescientes da desestabilização sofrida na hegemonia estadunidense, isto é, colocava em xeque o real poder da potência de efetivamente manter o sistema financeiro global sob sua regulamentação e controle¹². Finalmente, o colapso do acordo de Bretton Woods, que fixava o preço do ouro e a conversibilidade do dólar, marcou o reconhecimento de que os EUA não detinham mais a força de regular a política fiscal e monetária mundial e de que optavam, em primeiro lugar, pela defesa e manutenção de seus interesses nacionais, como indicava a subsequente desvalorização de sua moeda. O representante global do valor já não assumia mais um lastro sólido: agora, pautado sobre um câmbio flutuante, abria as comportas para um novo período marcado pela volatilidade, especulação e maior instabilidade.

1.2 Acumulação Flexível e Estado Neoliberal

As décadas seguintes, de 1970 e 1980, foram de resposta a essa crise generalizada, marcando um período de “destruição criativa”, em que a “reestruturação econômica e reajustamento social e político” (HARVEY, 1994, p. 140) tomaram espaço. As novas condições trazidas pela crise e suas respostas subsequentes evidenciaram uma transição na gama de experiências até então gestadas para dar lugar a uma nova lógica de funcionamento no interior do capitalismo, mobilizando novas formas de pautar a organização seja das forças produtivas, seja das relações sociais. A passagem se traduziria, de acordo com Harvey (1994), em uma tentativa de superar as configurações rígidas (tanto de poder de classes quanto de dinâmicas produtivas) do momento anterior em direção a um *regime de acumulação flexível*, afinado com o surgimento de um novo sistema de interpretação e representação composto por normas, hábitos, atitudes políticas e culturais que enfatizariam a efemeridade e a fragmentação, o forte individualismo competitivo, a estética em detrimento da ética (HARVEY, 1994), dentre

¹¹ Os dólares estadunidenses escaparam ao controle regulatório dos EUA, sendo depositados em bancos europeus e posteriormente reciclados na forma de petrodólares.

¹² Sinais dessa maior instabilidade e volatilidade da economia já pressionavam as comportas regulatórias do fordismo-keynesianismo antes mesmo da crise, como veremos mais adiante.

outros. Esse conjunto de transformações foi posteriormente sintetizado na ideia de *neoliberalismo*, que varreu o mundo em uma grande onda de reformas institucionais e rearranjos discursivos. Em suma, a crise de superacumulação, então, se alastrava na forma de queda de rendimentos (com estagnação da produção e inflação de custos), crise fiscal e de legitimidade política do Estado de Bem Estar, crise de representação nas formas culturais da sociedade industrial e, especialmente, crise de poder da classe capitalista:

A crise da acumulação do capital na década de 1970 afetou a todos por meio da combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada. A insatisfação foi generalizada, e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra. [...] Havia nisso uma clara ameaça *política* às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte, tanto em países capitalistas avançados (como a Itália, a França, a Espanha e Portugal) como em muitos países em desenvolvimento (como o Chile, o México e a Argentina). [...] Mas, para além disso, a ameaça *econômica* à posição das elites e classes dirigentes tornava-se então palpável (HARVEY, 2008, p. 23–25).

Assim, o *regime de acumulação flexível* – e, posteriormente, de forma mais consolidada, o *neoliberalismo* – reformula o equilíbrio de poder entre capital, trabalho e Estado em prol da classe capitalista, buscando proteger, restaurar e até mesmo fabricar as bases de dominação política e econômica dessa classe. Como coloca Wood (1997), a nova gama de tecnologias da informação hospedou os meios para que isso se tornasse realidade, permitindo ao novo regime substituir a produção em massa de bens padronizados e as formas de trabalho associadas a ela por outras, mais flexíveis: formas de produção enxuta, o conceito de equipe, a produção *just-in-time*, a diversificação de commodities para diferentes nichos de mercado, uma força de trabalho "flexível", capital móvel e assim por diante.

De acordo com Harvey (1994), o padrão de vida material e o poder sindical foram fortemente colocados em xeque. De forma agregada, os ganhos reais de salários passaram a ser modestos – isto é, quando não permaneciam estagnados ou subremunerados –, as jornadas de trabalho se organizaram em torno de relações de contratação mais flexíveis – como o trabalho de tempo parcial, temporário ou subcontratado – e a segurança no emprego, com a cobertura de seguros e dos direitos previdenciários, reduzida – observando, inclusive, a multiplicação do trabalho informal. A possibilidade de migração em massa de capitais ociosos em direção a regiões de baixa

sindicalização ou até mesmo aos países periféricos¹³ – onde efetivamente se instauravam sob baixos custos e fraca legislação trabalhista – aliada ao aumento da quantidade de mão-de-obra excedente¹⁴ (em especial, pelo desemprego estrutural e subemprego que se seguiram aos períodos de recessão) provocaram uma reedificação no mercado de trabalho, favorecendo o poder dos empregadores sobre o controle do trabalho.

O novo formato de trabalho que emergiu a partir dessas transformações tendeu a se estruturar, relativamente, do seguinte modo: ao centro, geralmente se concentrava um grupo relativamente pequeno de gerentes e trabalhadores mais bem qualificados que gozavam de maior segurança empregatícia, perspectivas de promoção e uma série de outros benefícios indiretos; sobretudo, deveriam responder às expectativas de rápida adaptação, flexibilidade e mobilidade geográfica. A periferia desse modelo se repartia em dois subgrupos. De um lado, uma categoria de trabalhadores de habilidades imediatamente disponíveis no mercado, de exercício em tempo integral, mas com alta taxa de rotatividade de postos; de outro, um conjunto de trabalhadores de ainda maior flexibilidade numérica, que incluiu funcionários em tempo parcial, temporários, contratados por prazo determinado, subcontratados e estagiários com subsídio público, com ainda menos segurança no emprego do que o primeiro grupo (HARVEY, 1994). De maneira sintética, a tendência trazida pela acumulação flexível aos mercados de trabalho foi justamente “reduzir o número de trabalhadores “essenciais” e contar cada vez mais com uma força de trabalho que possa ser incorporada rapidamente e, com a mesma rapidez e sem custos, ser dispensada quando os tempos ficam ruins” (HARVEY, 1994, p. 144).

O mundo do trabalho observou a rápida destruição de antigas ocupações e o surgimento de novas, o aumento do emprego em setores de serviços e a criação de postos industriais em regiões até então subdesenvolvidas. Regimes flexíveis e de baixa remuneração passaram a ser adotados em maior escala nessas regiões, inclusive com reimportação de normas e práticas regressivas, de volta às regiões de tradição industrial mais antigas¹⁵ (HARVEY, 1994). De forma geral, os processos que visavam a superação

¹³ “A desindustrialização das regiões industriais centrais antes sindicalizadas (o chamado “cinturão da ferrugem”) tirou o poder do trabalho. As corporações podiam ameaçar com o fechamento de fábricas e correr o risco - e em geral sair ganhando - de greves quando necessário (por exemplo, na indústria do carvão)” (HARVEY, 2008, p. 63).

¹⁴ “[...] “as políticas dos anos 1980 de atacar a inflação estrangulando a economia e os gastos públicos eram uma estratégia encoberta para neutralizar os trabalhadores” (HARVEY, 2008, p. 68). A estratégia real era a de avultar o exército industrial de reserva.

¹⁵ A internalização dessas práticas se deu, dentre outros fatores, mediante o estímulo à imigração por parte dos países centrais: “No fim dos anos 1960, o governo francês começou a subvencionar a importação de

do modelo fordista, antes de equipararem as diferenças de proteção social entre um corpo de trabalhadores (majoritariamente branco e masculino) do setor monopolista e um estrato marginalizado – composto por negros, mulheres e demais populações do Sul Global –, reformularam essa relação sob novos parâmetros, acentuando a condição de vulnerabilidade dos grupos excluídos (HARVEY, 1994). Exemplo característico dessas alterações se deu quando do programa Maquiladora, em que a subcontratação de força de trabalho feminina mexicana era acionada pelo capital transnacional de propriedade estadunidense, beneficiando-se dos incentivos fiscais, do baixo custo do trabalho de região fronteira e do gerenciamento masculino desse modelo. O resultado foi uma crescente feminização e etnização do proletariado (e também da pobreza mundial), a destruição dos sistemas camponeses “tradicionais” de produção autossuficiente, o retorno a sistemas de trabalho doméstico e o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal (HARVEY, 1994). Entretanto, esse reaparecimento de formas tradicionais de trabalho era organizado de modo compatível e particularmente rentável ao capital, reavivando-as e estimulando-as, não mais como apêndices do aparato produtivo, mas como peças centrais desse sistema:

Com efeito, uma das grandes vantagens do uso dessas formas antigas de processo de trabalho e de produção pequeno-capitalista é o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. Nelas, a consciência de classe já não deriva da clara relação de classe entre capital e trabalho, passando para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo poder num sistema de parentescos ou semelhantes a um clã que contenha relações sociais hierarquicamente ordenadas (HARVEY, 1994, p. 145).

Reordenações também puderam ser observadas em outros domínios do trabalho. A necessidade de agir e tomar decisões de forma rápida e eficiente, a partir de informações precisas e atualizadas, impulsionou a subcontratação e, sobretudo, a especialização flexível, marcadamente presentes no fenômeno em ascensão do empreendedorismo inovador. Possibilitando maior liberdade de atuação no mercado de trabalho e horários flexíveis, essa nova prática poderia ser apregoada como virtude para o capital e para o trabalho, facilitando a integração de ideais neoliberais no senso comum de grande parte da força de trabalho (HARVEY, 2005a). Conforme as ocupações no setor de serviços (principalmente nas áreas de finanças, seguros, setor de imóveis, saúde e educação) aumentavam e o emprego industrial declinava, a produção organizada de conhecimento, as consultorias de marketing e o fornecimento de serviços

mão de obra da África do Norte, os alemães transportaram os turcos, os suecos trouxeram os iugoslavos, e os britânicos valeram-se dos habitantes do seu antigo império” (HARVEY, 2011, p. 20).

financeiros ganhavam espaço. Na verdade, a expansão das estruturas organizacionais patriarcais e artesanais, assim como dos pequenos negócios inovadores e autônomos, é apenas um dos extremos dessa escala:

Novos sistemas de coordenação foram implantados, quer por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação (que ligam pequenas firmas a operações de larga escala, com frequência, multinacionais), através da formação de novos conjuntos produtivos em que as economias de aglomeração assumem crescente importância, quer por intermédio do domínio e da integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing. (HARVEY, 1989, pp. 158, 159).

De fato, a relação entre pequeno e grande capital tornou-se mais íntima e dinâmica. Para começar, uma primeira fase de competição intensificada e ambiente de maior risco levou ao surgimento de novas formas industriais – tal como as economias de escopo, baseadas na produção em pequenos lotes de produtos diversos, encomendados sob demanda –, ou mesmo à integração de padrões de produção fordista a redes de subcontratação – alguns arranjos corporativos variavam desde a aglomeração ao redor de firmas menores, até a externalização de determinados serviços e funções antes internos, realocando custos em empresas separadas. Quando o recurso à coordenação pela dispersão não era alcançado indiretamente, se dava diretamente: os processos de fusão e aquisição permitiam tanto a diversificação dos ativos das empresas quanto a incorporação de nichos de mercado especializados¹⁶. A partir desses movimentos, uma contradição inerente ao capitalismo passa a se manifestar; isto é, de que as condições de acentuada competição tendem a resultar em monopolização (ou oligopolização), à medida que as empresas mais fortes, detentoras de acesso privilegiado a informações, expulsam as mais fracas. Assim, “a ‘desregulamentação’ [...] frequentemente significou um aumento da monopolização” (HARVEY, 1994, p. 150), principalmente em setores de energia, mídia, produtos farmacêuticos, transporte, serviços financeiros e até mesmo varejo (por exemplo, Wal-Mart).

Entretanto, nem a maior dinamicidade empresarial implicou diminuição do poder corporativo, nem os processos de concentração e centralização refrearam a implementação de dispositivos flexíveis nas estratégias de lucro das empresas. Na realidade, o capitalismo mobilizou suas tensões entre competição e monopolização,

¹⁶ “Novas relações de mercado viabilizaram todo tipo de possibilidades de comprar barato e vender caro, quando não reais mercados cativos, de modo que se construíram fortunas que ou se estendem horizontalmente [...] ou se diversificam em todo tipo de negócios, desde a extração de recursos naturais e a produção até, a partir de uma base comercial, serviços financeiros, construção civil e varejo. Aconteceu aí muitas vezes de uma relação privilegiada com o poder estatal também ter um papel-chave.” (HARVEY, 2008, p. 42–43).

centralização e descentralização de modos fundamentalmente novos, organizando-se mediante a disseminação molecular, sem, todavia, inficionar-se de porosidade. Os subterfúgios aos quais recorreu para tanto foram, essencialmente, nos campos do conhecimento organizado e novas tecnologias e, em segundo, por meio de evoluções no sistema financeiro e sua crescente centralidade.

Conforme discutido por Harvey (1989; 2005a), a aquisição do *know-how* técnico-científico mais atualizado se torna essencial à capacidade de empresas e países de se colocarem (e permanecerem) na dianteira da produção de conhecimento organizado, de traços cada vez mais indissociavelmente comerciais. Institutos de pesquisa e universidades¹⁷ passam a se organizar cada vez mais sob bases competitivas, em uma disputa acirrada por capital humano, patentes e financiamento corporativo ou estatal. A princípio, postula-se que os direitos de propriedade intelectual devam ser devidamente protegidos para estimular mudanças tecnológicas; mas os detentores de patentes usam seu poder de monopólio para definir preços e evitar transferências de tecnologia, de modo que a assimetria se prolonga no tempo. Além disso, as condições de maior concorrência forçaram o uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra¹⁷ e que fossem, simultaneamente, capazes de acelerar o tempo de giro do capital tanto na produção quanto da circulação de bens no âmbito do consumo. O maior enfoque em respostas rápidas e altamente especializadas estimulou uma grande onda de inovações produtivas¹⁸, organizacionais¹⁹ e comerciais em busca de novos produtos e nichos de mercado. Essas inovações também se ocuparam em maximizar o alcance, a coordenação e a frequência das transações de mercado, o que requeria tecnologias de criação de informações e ferramentas para acumular, armazenar, transferir, analisar e usar bancos de dados massivos para orientar as decisões no mercado global (HARVEY, 2005a), ainda mais em um ambiente de alta volatilidade. Assim, os investimentos em capital se deslocaram de áreas de infraestrutura física (e mesmo produtivas) para se concentrarem primordialmente em áreas de telecomunicações e de tecnologia das informações²⁰ – as

¹⁷ A forma livre peculiar das universidades passa a ser um parâmetro para as atividades de P&D, a princípio, preservadas da tendência para a ossificação (e corrupção tácita) de setor na sobreposição entre as burocracias estatais e corporativas. (HARVEY, 2011). ¹⁷ Promovidas pelos processos de robotização e automação.

¹⁸ Com destaque para as inovações que permitiram o deslocamento mais fácil da produção, em direção a áreas com salários baixos e fraca organização do trabalho.

¹⁹ Exemplo característico é o sistema de entrega de variação de estoque '*just-in-time*', que reduz radicalmente os estoques necessários para manter o fluxo de produção em andamento.

²⁰ Entretanto, o fenômeno não se identifica com um processo de “desmaterialização” do capitalismo, uma vez que grande parte da infraestrutura física produtiva não “se desmanchou pelos ares”, pura e

tecnologias privilegiadas pelo neoliberalismo. Sua importância e irrupção devem ser pensadas muito mais à luz de afinidades com atividades especulativas e para a maximização do número de contratos de curto prazo do que para melhorar a produção (HARVEY, 2005a); o acesso em primeira mão a informações privilegiadas implica, também, uma situação vantajosa na exploração de diferenças de arbitragem e lucros financeiros.

A crescente busca por ganhos financeiros tem indicado justamente uma intensa reorganização do sistema financeiro global, que foi capaz de esquivar-se às regulamentações, de modo a fortalecer os mecanismos de coordenação e integração em prol das finanças. O equilíbrio de forças pendeu para um maior peso decisório do sistema bancário e financeiro em detrimento das funções e atividades típicas de empresas não-financeiras, Estados e famílias, capaz até mesmo de superar restrições de tempo e espaço que geralmente delimitam concretamente produção e consumo. Tornou-se comum empresas relatarem perdas em ganhos produtivos, que se compensavam por ganhos com operações financeiras²¹. Longe de essa dinâmica conduzir a uma disjunção estanque entre capital financeiro e capital produtivo, no entanto, o que se verificou foram justamente processos de conglomeração²², que aproximaram setores da indústria, comércio, imobiliário e interesses financeiros, frequentemente sob o impulso de se obter lucros “no papel” em detrimento dos retornos produtivos (HARVEY, 1994). As fronteiras entre finanças e financiamento habitacional, ao consumo, e a outras atividades de cunho diverso se imiscuíram.

De fato, a falta de preocupação com a produção real²³ indicou, cada vez mais, a tendência de descolamento entre esfera financeira e real aumentando, portanto, a frequência e a vulnerabilidade das economias a crises financeiras (que marcarão momentos posteriores em número e escopo). Se as instabilidades se intensificaram pelo primado do capital financeiro em prejuízo da valorização produtiva, e assim, adquiriu

simplesmente, como afirmam certas análises unilaterais do processo. O que de fato ocorreu foi um deslocamento em massa das plantas produtivas em direção à periferia do capitalismo, em especial, rumo à Ásia.

²¹ O vasto leque abrange o uso de derivativos, operações de crédito, de securitização até a especulação em moedas voláteis e mercados futuros.

²² Também aqui se observou um duplo movimento: se, por um lado, a conglomeração concentrou globalmente o poder financeiro, por outro, a desregulamentação financeira nos EUA levou à criação de novos instrumentos e canais de fluxos financeiros e permitiu sua proliferação e descentralização (HARVEY, 1994).

²³ “Onda após onda de desindustrialização atingiram indústria após indústria e região após região no interior dos EUA, no começo afetando bens de baixo valor adicionado [...], mas passo a passo atingindo escalas mais altas de valor adicionado [...] alcançando as importações de alta tecnologia” (HARVEY, 2005b, p. 60).

maior autonomia diante dos circuitos reais, as crises emergem, então, na tentativa de restituir essa identidade do capital pela afirmação violenta da unidade entre fictício e real, com surtos de desvalorização e destruição de capital. Trata-se de um fenômeno que se torna pronunciado, latente já no caráter predatório presente em “manipulações de mercado; esquemas Ponzi e fraude corporativa; promoção de níveis de facilitação do endividamento que reduz populações [...] à escravidão pela dívida; [...] assalto dos fundos de pensão e sua dizimação pelos colapsos das ações e corporações” (HARVEY, 2011, p. 198) – elementos que têm acompanhado o capitalismo contemporâneo a partir dos anos 1970, tanto em seus momentos de normalidade quanto em momentos de perturbação (mais severamente neste).

Como expressão do alinhamento estrutural entre capital e Estado, as esferas de influência do capital financeiro se estenderam até mesmo sobre orçamentos públicos, postulando o disciplinamento fiscal como requisito para o acesso ao crédito externo (sobretudo para países periféricos), exigindo a manutenção de um clima de negócios favorável às expectativas de investidores, e “abrindo novas dimensões à acumulação, mediante privatizações, corte de direitos sociais e trabalhistas, crescimento da importância de títulos de dívida pública, reconfiguração das cidades para a valorização financeira” (SANTANA JUNIOR, 2014, p. 38). Assim, a solvência das instituições financeiras e a manutenção da integridade do sistema financeiro²⁴ tornam-se *raison d'être* do Estado neoliberal. Sob a investida de políticas de austeridade fiscal, a base das políticas sociais do período anterior recuou, mas não sem fortes embates e reações da classe trabalhadora, o que tornou imprescindível o papel da violência institucional para perpetuar e consolidar novas medidas que, em última instância, eram postas com o objetivo de redistribuir regressivamente a renda e a riqueza a favor das classes dominantes, tornando o relato de Harvey bastante produtivo para desmascarar a visão comum do neoliberalismo como antiestatista e liberador (BROWN, 2006):

Em primeiro lugar; a virada para uma financialização mais aberta, iniciada em 1970, acelerou-se durante os anos 1990. O investimento externo direto e o investimento indireto aumentaram rapidamente por todo o mundo capitalista, mas se disseminaram desigualmente. Dependendo com frequência de quão favorável fosse o clima de negócios em cada lugar. Os mercados financeiros passaram por uma forte onda de inovação e desregulação internacionalmente, e, além de se tornarem instrumentos bem mais importantes de coordenação, ofereciam meios de obtenção e concentração de riqueza. Passaram assim a ser os recursos privilegiados de restauração do poder de classe (HARVEY, 2008, p. 100).

²⁴ Essa racionalidade foi aplicada especialmente em crises de dívida, da cidade de Nova Iorque, em 1975, e do México, em 1982.

Em suma, “O bem-estar corporativo tomou o lugar do bem-estar social” (HARVEY, 2005a, p. 56), de modo que o aparato estatal e suas funções têm sido uma das principais frentes de reformulação do período neoliberal. Fundamentalmente, fica ao Estado a incumbência de forjar e assegurar um quadro institucional sólido em direitos de propriedade privada, mercados mais livres e livre-comércio de modo a facilitar as condições de acumulação de capital, seja ele doméstico ou estrangeiro (HARVEY, 2005a), devendo, por exemplo, prezar pela integridade da moeda nacional; criar mercados onde não existam; estabelecer estruturas e funções militares, de defesa, policiais²⁵ e jurídicas necessárias para garantir os direitos de propriedade privada. Entretanto, os ajustes fiscais eram relativos, aplicados a determinados casos e a determinados grupos sociais, na medida em que os déficits governamentais não foram extinguidos, mas antes, realocados. Em lugar de respaldarem-se num conjunto de direitos sociais e políticos adquiridos sob anos de luta das classes trabalhadoras, os gastos públicos passaram a se destinar, por exemplo, a despesas com defesa e segurança, prometendo assegurar a “liberdade democrática” alhures ou blindar e salvaguardar os rendimentos das instituições financeiras a todo custo.

Há muitos outros sinais de continuidade, em vez de ruptura, com a era fordista. Os imensos déficits públicos dos Estados Unidos, atribuíveis principalmente à defesa, foram fundamentais para o pouco crescimento econômico ocorrido no capitalismo mundial ao longo da década de 80, sugerindo que as práticas keynesianas de modo algum morreram. Do mesmo modo, o compromisso com a competição no “livre mercado” e com a desregulamentação não se enquadra inteiramente na onda de fusões, consolidações corporativas nem no extraordinário crescimento de interligações entre firmas supostamente rivais de origem nacional distinta (HARVEY, 1994, p. 160).

Além destas recomendações entoadas em alto e bom som pelos anacoretas do credo neoliberal, o Estado, internamente, se coloca de forma necessariamente hostil a formas de solidariedade social que ameacem os canais de acumulação de capital. Desse modo, ainda ficaria responsável por redesenhar, de forma mais ativa, o novo sistema de relações normativas mediante as seguintes ações:

[...] enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social. privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia

²⁵ À medida em que o Estado se retira da provisão de bem-estar e diminui sua presença em áreas como saúde, educação e serviços sociais, ele deixa segmentos cada vez maiores da população expostos ao empobrecimento. Daí, retorna pela porta dos fundos, valendo-se de políticas de encarceramento para lidar com o estado de coisas deixado.

popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo (particularmente do Japão). (HARVEY, 2008, p. 33).

O papel do Estado diante da economia e da sociedade vai se tornando fosco, obscuro entre pragmatismo e ideologia; em especial, a onda de privatizações e desregulamentações que se espalharam à época, até mesmo em áreas antes tidas como fundamentais, submeter-se-iam à retórica neoliberal, ressignificadas como ineficientes. Em realidade, tratava-se de buscar novas frentes para a recuperação dos patamares de lucros, nem que isso significasse, em última instância, uma redistribuição de renda pelo retorno voraz e continuado às práticas de acumulação primitiva na forma da *acumulação por espoliação*.

Com respeito a esse mecanismo, Harvey (2005a) elenca as quatro práticas mais difundidas com a ascensão do neoliberalismo. Em primeiro lugar, a privatização atua pela corporatização e mercantilização de bens até então públicos, com o principal objetivo de abrir novos espaços de acumulação de capital em domínios até então considerados fora dos limites do cálculo maximizador. Em segundo lugar, a desregulamentação do sistema financeiro garantiu amplos poderes ao capital financeiro pelo movimento de financeirização, que se tornou um dos principais instrumentos de redistribuição por meio da especulação, predação, fraude e roubo; fundos de *hedge* e demais instituições financeiras se colocaram na vanguarda da acumulação por espoliação a nível global, que apesar de ter beneficiado as classes mais altas, é responsável também por espalhar riscos. Em terceiro lugar, o neoliberalismo trouxe de maneira marcante a criação, gestão e manipulação de crises no cenário mundial; o evento da "armadilha da dívida" permitiu uma redistribuição substancial de riqueza dos países pobres para os ricos. Finalmente, o próprio Estado passa a ser um agente primordialmente encarregado de realizar políticas redistributivas, revertendo o fluxo de renda, agora, das classes baixas em direção às classes altas, de modo diametralmente oposto ao que havia predominado durante a era da hegemonia social-democrata.

CAPÍTULO 2 – FRANCISCO DE OLIVEIRA E A CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA

Este segundo capítulo rememora os percursos tomados por Oliveira em seu esforço de desmistificar “a crença num suposto papel civilizatório do capitalismo, cuja expansão, se bem planejada, poderia abrir espaço para a modernização das relações sociais e políticas” (DA SILVA MENDES, 2015, p. 92). Retomamos, a seguir, nosso enredo de transformações nos eixos trabalho, capital e Estado, desta vez lançando olhar sobre a experiência brasileira enquanto periferia do sistema capitalista. Na primeira seção, ressaltaremos a aceleração do processo de modernização a partir do governo de Juscelino Kubitschek, que irá precipitar as contradições engendradas com o golpe de 1964, recorrendo à instauração de uma ditadura civil-militar como última alternativa institucional restante para prosseguir com as sucessivas etapas de acumulação. Na segunda seção, veremos como a irresolução dos conflitos se prolonga até o período da redemocratização, expressa na quase-hegemonia da dominação burguesa, agora, sob o signo da reação à intensa mobilização social das classes subalternas, que visualizaram na esfera política, um campo de potencial autonomia e transformação efetivamente progressista.

O ponto de partida de que se vale Francisco de Oliveira para montar seu quadro referencial remete à passagem de uma economia que exportava seu excedente em direção a uma economia que encontra seu motor e centro dinâmico na produção industrial, uma transição compreendida no interior do capitalismo brasileiro (OLIVEIRA, 1977). Esse processo “passa necessariamente pela rearticulação das forças sociais, das classes e das velhas e novas frações da classe dominante” (GENNARI, 2020, p. 90) e implicará um aprofundamento da divisão social do trabalho e, portanto, das dinâmicas políticas entre as várias classes, além da emergência de novas forças sociais; perpassará também diferentes formas institucionais e estratégias de acumulação de capital ao longo de seu desdobramento.

2.1. Desenvolvimentismo e Modernização Conservadora

A década de 1950 se manteve sob uma correlação de forças políticas pautada na aliança entre classes dominantes e assalariadas, mediadas pelo Estado. A nova frente de expansão seria realizada sob o motor do setor de bens de consumo duráveis, apesar da

insuficiência de bens de capital em disposição adequada ao nível das condições prontamente locais. A exequibilidade dos processos de acumulação se dava pela relação entre classes dominadas e classes proprietárias das forças produtivas – o tripé, composto pela crescente presença de empresas estatais, dos setores dinâmicos sob comando do capital estrangeiro e uma associação de menor importância da burguesia nacional –, tendo no fenômeno do populismo seu elo fundamental. O chamado *populismo* expressava justamente a contenção das contradições engendradas pelas transformações na estrutura produtiva, que conduziam a um aprofundamento da divisão social do trabalho, mas procurando reter essas transformações na sua aparência com fins de impedir que chegassem ao nível dos processos políticos. Esse pacto estrutural levava à *fetichização* do Estado (OLIVEIRA, 1977), na medida em que o apoio incontestado às políticas ditas nacionalistas permitia um manejo incremental de formas arcaicas ao processo de industrialização brasileira e possibilitavam às empresas estatais perseguirem a função de potenciadores da acumulação privada sem grandes questionamentos classistas do destino reservado aos excedentes. Mas, afinal, quais eram as mutações escamoteadas por essa forma política?

Em primeiro lugar, o período Kubitschek configura o padrão de relações centroperiferia em um nível superior da divisão internacional do trabalho (OLIVEIRA, 1977). Seu objetivo era conduzir uma expansão sem precedentes do setor de bens de consumo duráveis, recorrendo fortemente à transferência de *trabalho morto externo*, isto é, à importação de tecnologia estrangeira. Isso se dava pela entrada do capital estrangeiro nos setores mais dinâmicos da produção interna via instalação de multinacionais, permitindo ao capitalismo brasileiro “queimar etapas” (OLIVEIRA, 2003) e potencializar enormemente a acumulação de capital – pois rebaixava ainda mais o custo da força do trabalho, reagindo antecipadamente à possibilidade de encarecimento da força de trabalho (DA SILVA MENDES, 2015). Esse modelo de desenvolvimento estimulava o processo de controle oligopolístico da produção industrial, um crescimento de empresas que se dava por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de “ponta”, como da indústria automobilística e construção naval. Em última instância, terminava-se por realocar os aumentos globais de produtividade nas mãos de algumas empresas-líderes internamente localizadas e dos setores de bens de produção de países do capitalismo avançado. As novas condições tecnológicas implementadas também permitiram saltos na produtividade do trabalho,

mas que não se refletirão, do mesmo modo, na apropriação do excedente gerado pelas classes dominadas.

De fato, as classes assalariadas viam alargar a enorme distância entre seu produto por tempo de trabalho e os rendimentos que a elas retornavam, configurando a tendência concentracionista de longo prazo do desenvolvimento brasileiro²⁶. O período imediatamente anterior foi de suma relevância em razão da compressão observada sobre o preço de oferta da força de trabalho urbana – e, conseqüentemente, dos salários reais. Isto se deu mediante o fornecimento de maciços contingentes populacionais para compor um exército industrial de reserva no meio urbano²⁷, e pelo rebaixamento dos custos de reprodução da força de trabalho (seja pelo fornecimento de excedentes alimentícios a partir do campo ou dos processos de autoconstrução de moradias nas cidades) (OLIVEIRA, 2003). Mas conforme a cesta de bens essenciais à reprodução da classe trabalhadora se urbanizava, sua influência política sobre o nível salarial se restringia ao meramente nominal e o novo padrão de acumulação exigia patamares de lucratividade mais elevados (isto é, maior exploração da força de trabalho), as classes dominadas percebiam-se cada vez mais escanteadas em meio à partilha do excedente social.

Por fim, verificou-se uma presença forte e ativa do Estado, tanto na esfera política, quanto no âmbito econômico, de tal modo que até mesmo seu papel acabou sendo redefinido. Em primeiro lugar, proporcionou uma regulamentação da força de trabalho adequada às exigências de acumulação do período. A própria institucionalização do salário mínimo possuiu a função central de equalizar os salários de diferentes categorias, pressionando-os para baixo e evitando o aparecimento de uma escassez específica no mercado de trabalho²⁸ (OLIVEIRA, 2003). O aparato estatal também foi responsável pela recondução parcial de excedentes/divisas desde o setor agroexportador em direção à emergente indústria, um instrumento evidente de financiamento interno que data desde os princípios do processo de industrialização. Realizou diversos investimentos em infraestrutura rodoviária e energia, com fins de ampliar o capital social básico, e, ademais, mediou a importação de tecnologia

²⁶ “Salários reais praticamente constantes e aumentos de produtividade logrados no chamado setor produtivo estatal e transferidos ao setor privado, eis a fórmula da incipiente concentração” (OLIVEIRA, 1977, p. 83).

²⁷ Uma consequência típica do processo de êxodo rural decorrente da industrialização e urbanização. ²⁸ A escassez relativa provocaria a elevação do salário em alguns setores, encarecendo os custos necessários para dar prosseguimento à modernização brasileira, podendo, em última instância, obstaculizar esse processo.

estrangeira, comprando *know how* do exterior para repassá-lo às empresas nacionais. Finalmente, foi chamado a comparecer em “setores de segurança nacional” (a exemplo da Petrobrás, com a exploração do petróleo), fomentando o investimento produtivo em atividades econômicas contrárias aos interesses mais imediatos do capital estrangeiro, ou mesmo, subsidiando os custos de reprodução do trabalho.

Em paralelo, vale a pena destacar uma profunda transformação que não remete diretamente à atuação do Estado *per se*, mas à sua associação ao capital estrangeiro; assume, aqui, uma nova determinação, de outra qualidade, a partir do momento em que passa a produzir mercadorias e serviços. A princípio, a produção desses bens e serviços exercia a função de dispor no mercado uma massa de recursos sob a forma de *não capital*, do qual se nutria o setor privado e, uma vez em posse deste, transformava esses fundos em capital (OLIVEIRA, 1977). Desde o projeto da Usiminas, entretanto, “esperava-se para as empresas estatais performances lucrativas, sem o que o capital estrangeiro decerto não participaria” (OLIVEIRA, 1977, p. 90).

As modificações assinaladas, isto é, as diferentes velocidades de crescimento de salários e produtividade que reforçavam a acumulação, a crescente gravitação da produção interna ao redor do capital estrangeiro²⁸ e a radical redefinição do papel do Estado vão se acelerar, anunciando a crise política do populismo. A subsequente instauração do regime militar irá exacerbar tais tendências, que já estavam postas desde o período anterior, no governo Kubitschek. Este, por sua vez, provocara uma forte deterioração na situação político-econômica ao abusar dos limites da rígida estrutura fiscal do Estado²⁹, valendo-se de um financiamento altamente inflacionário e de endividamento externo, conseqüentemente, aguçando as contradições associadas a um modelo de industrialização de expansão sob controle forâneo do setor de bens de consumo duráveis, com uma estrutura socioeconômica cada vez mais desigual e concentradora (OLIVEIRA, 1977). A crise que se avolumava e precipita-se em 1964 não é uma crise clássica de realização do valor, a não ser para alguns ramos industriais dependentes da demanda das classes de renda mais baixa, deflagrada pela perda de poder aquisitivo dos salários reais dos trabalhadores urbanos (OLIVEIRA, 2003).

²⁸ Vale destacar, não aquela que diz respeito a uma desnacionalização das decisões, pois estas ainda são tomadas a partir das fronteiras do Estado nacional.

²⁹ Trata-se de uma posição amarrada entre uma forma de financiamento que não permite a taxaço progressiva do capital, por repúdio da classe capitalista, nem o financiamento inflacionário, que penalizaria a classe trabalhadora.

A crise que se gesta, vai se dar no nível das relações de produção da base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal da assimetria assinalada: serão as massas trabalhadoras urbanas que denunciarão o pacto populista, já que, sob ele, não somente não participavam dos ganhos como viam deteriorar-se o próprio nível da participação na renda nacional que já haviam alcançado (OLIVEIRA, 2003, p. 88)³⁰.

Se o populismo era marcado pela conciliação de interesses das classes dominantes para realizarem os processos de acumulação às expensas das classes dominadas, impedindo o registro dos interesses reais dessas últimas ao nível político, a emergência do Estado Bonapartista anteriormente referido no interior de um regime de regulação autoritária manterá uma relação de dominação e de força mais explícita sobre as classes subordinadas. A resposta na forma de golpe militar buscou instaurar uma nova correlação de forças ao nível das relações sociais e preparar “as bases institucionais para um processo de concentração do capital que vinha se dando caoticamente” (OLIVEIRA, 1977, p. 92). Buscava-se, ao fim e ao cabo, desatar o nó que impedia o aprofundamento da exploração do trabalho, condição política de sobrevivência do sistema àquele momento.

A necessidade de aumentar a taxa de lucro para reativar a economia e promover a expansão torna-se um requisito estrutural do capitalismo brasileiro. Isso provoca uma fusão entre economia e política no sentido de que a extração de um superexcedente para a acumulação é também uma forma de contenção política das classes trabalhadoras (OLIVEIRA, 2003). Assim, reajustes depressores de salários em escala abrangente assumem, necessariamente, características repressivas. Mesmo que essa decisão pudesse prejudicar setores que dependiam do consumo assalariado para a realização de seus bens, os interesses então vigentes preferem que “se vão os anéis, mas fiquem os dedos”³¹ (OLIVEIRA, 1977, p. 93). Isso reforça a orientação em direção aos processos de concentração de capital: “as falências e concordatas são o prelúdio das fusões, incorporações e, no limite, exclusão do mercado das empresas mais débeis” (OLIVEIRA, 1977, p. 93). A ampliação do exército industrial³² de reserva, ao lado da intervenção ou fechamento das centrais sindicais – isto é, daquelas que recusavam

³⁰ A emergência do campesinato enquanto classe também será um ponto de tensionamento das relações sociais no meio rural. Essa questão tomará contornos claros com a ascensão das Ligas Camponesas no momento imediatamente anterior ao golpe de 64.

³¹ Neste caso, trata-se do departamento responsável pela produção de bens de consumo não duráveis. Como dito, principalmente de produtos agropecuários, a não realização interna desses produtos pode sempre ser compensada pela sua exportação.

³² Potenciado pela introdução acelerada de novas formas tecnológicas e novas técnicas produtivas.

submeter-se às políticas salariais do regime –, denunciavam o caráter propriamente compulsório do emergente padrão de acumulação e excessivo do regime político a ele associado. De forma mais ilustrativa, substituiu-se a estabilidade no trabalho pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), um mecanismo pelo qual, por um lado, o Estado recolhia parte da renda do trabalhador na forma de poupança compulsória, para abastecer fundos de financiamento de longo prazo e, por outro, acelerava “a expulsão da força de trabalho dos maiores de 40 anos, contribuindo para o aumento da taxa de exploração” (OLIVEIRA, 2003, p. 113). Do outro lado da estrutura social, os estratos superiores observavam um incremento na sua renda per capita, de modo que “o mercado interno se ampliava tanto mais quanto a renda se concentrasse” (OLIVEIRA, 1977, p. 127). Constituindo oficialmente a base consumidora de bens de consumo duráveis, as classes de alto poder aquisitivo expandiam seu consumo em ramos como o de eletrodomésticos e automóveis – isto é, do setor ao qual se orientava, principalmente, o padrão de acumulação.

O período também deixará manifesto o novo papel do Estado e das próprias empresas estatais:

Inicialmente como mecanismo de combate à inflação, as tarifas e preços dos serviços e bens produzidos pelas empresas estatais são liberados, para cortar a dependência umbilical dos recursos do Estado e deter a hemorragia fiscal, inflacionária. Mas essa colocação inicial logo se aprofunda e transforma-se no que ela realmente é: as empresas estatais são, agora, parte do conjunto do capital produtivo (OLIVEIRA, 1977, p. 95).

Essas empresas passam, então, a tomar frente ativa na disputa oligopolística que perfaz o acelerado processo de centralização e concentração de capital da época. Produzem e absorvem enormes montantes de valor e, ao invés de circunscreverem suas receitas aos repasses fiscais, concorrem por lucros tanto no mercado de produtos quanto no mercado de capitais – configurando, assim, um sólido bloco capitalista (OLIVEIRA, 1977). Além de sua relativa metamorfose em capital produtivo de propriedade estatal, o Estado também emerge enquanto administrador do capital financeiro geral. A função de capital financeiro geral é exercida mediante a entrada no mercado de capitais com as Letras e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional; o próprio Tesouro Nacional, aliás, se torna pressuposto garantidor da acumulação financeira privada (OLIVEIRA, 1977). Isso traz consequências decisivas para o padrão de relações que se estabelece

entre Estado e empresas na etapa de oligopolização da economia brasileira e aponta para o desenvolvimento abrupto do capital financeiro³³.

Uma precoce hegemonia do capital financeiro apresenta-se na frustração dos incentivos de capitalização de empresas com fins de aumentar as taxas de formação bruta de capital. As reformas do sistema financeiro tiveram o efeito colateral de tornar os ativos financeiros mais rentáveis que os produtivos, acabando por disputar ou mesmo esterilizar parte dos recursos que seriam destinados à estrutura produtiva. Mesmo as tentativas de equalizar as taxas de lucro de ambas as esferas produzem desconfiança e afugentam capitais, apontando certa incompatibilização³⁴. Um descolamento entre esfera produtiva e financeira também é visualizada no caráter curto-prazista de títulos como letras de câmbio, letras imobiliárias e certificados de depósito, pois circulam em prazos insuficientes para possibilitar o financiamento produtivo de longo termo. Assim, Oliveira complementa:

O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-1964, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida *na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas*. Sob esse aspecto, o pós-1964 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão (2003, p. 106).

Para completar esse processo de *modernização conservadora*, o capital estrangeiro reposicionava-se com o financiamento externo na forma de provimento de empréstimos, que serviam tanto para saldar dívidas de importação ou mesmo para a rolagem da dívida externa. Procurava-se, assim, estabelecer um canal “cujo significado mais amplo e mais profundo é o de criar meios de pagamentos internacionais para realizar a remessa de lucros, dividendos, royalties e direitos de assistência técnica” (OLIVEIRA, 1977, p. 96). O crédito externo servia essencialmente às empresas estrangeiras com filiais em solo brasileiro, uma vez que empresas privadas de origem nacional “não contavam com relações externas suficientes para utilizar o mecanismo

³³ De forma bastante elucidativa, Da Silva Mendes comenta que “a elevadíssima taxa de lucro conquistada pelas empresas do topo da pirâmide produtiva servia para alimentar ainda mais a concentração através do estímulo à formação de monopólios. O excedente era reinvestido na aquisição de unidades produtivas menores e permitia a expansão de setores que dependiam dessa centralização para sobreviverem. Outra parcela do lucro se convertia em capital financeiro, com o surgimento de inúmeros bancos de investimento ligados diretamente a indústrias” (2015, p. 97).

³⁴ “O elemento “confiabilidade” tem apenas uma aparência subjetiva ou psicológica: na verdade, na medida em que o mercado de capitais sai de sua infância, ele refletirá mais de perto o desempenho da órbita produtiva” (OLIVEIRA, 2003, p. 116).

como, por força mesmo da recessão da economia, não se apresentavam como ‘boas’, bancariamente falando, para pleitear empréstimo no mercado internacional” (OLIVEIRA, 1977, p. 97). Mais uma vez, os processos de concentração prestavam-se a tais circunstâncias para se intensificarem, preparando o terreno para a atuação de grandes corporações incorporarem menores firmas em dificuldade financeira.

Sem embargo, somente a partir de 1968 a exportação de capitais desde o centro capitalista em direção à periferia tomará maiores proporções em razão de um cenário internacional de alta liquidez³⁵, se traduzindo, finalmente, em altas taxas de crescimento econômico para o Brasil. A contradição anterior, de uma industrialização voltada para o mercado interno, mas pressionada a criar meios de circulação de capital-dinheiro a nível internacional que, conseqüentemente, exportavam parte do excedente produzido no âmbito nacional, era temporariamente solucionada pelo recurso à dívida externa. A expansão dessa dívida era justamente o modo por meio do qual se financiava a crescente remessa de lucros, mas seus limites estavam postos, pois o problema estrutural da economia brasileira estava na dificuldade de tornar concreta uma acumulação real e de longo prazo; de promover a formação sustentada de capital internamente. Entretanto, vale novamente pontuar que o problema de financiamento poderia ser mais facilmente solucionado pelas empresas de matriz internacional do que aquelas de capital privado ou estatal.

O outro pilar de sustentação desse modelo de desenvolvimento residia na figura do Estado. Esse agente havia se transmutado em artífice fundamental para a expansão do capitalismo monopolista no Brasil, seja em termos institucionais, seja a nível produtivo. Portanto, em decorrência de sua elevada influência sobre o ciclo de reprodução interna do capital – isto é, no seu papel de pressuposto geral dos lucros privados –, assim como da sua posição na cadeia produtiva – na forma de empresas estatais operando como competidoras capitalistas –, uma crise econômica se transformaria rapidamente em crise do Estado, assim como a própria crise do regime ameaçaria esse padrão específico de acumulação. Essa interdependência entre economia e política, entre capital e Estado, levada às últimas conseqüências no período da ditadura militar, também se expressará sob outro eixo:

Ao contrário de uma confrontação, o pós-64 levou à uma soldagem de interesses entre o Estado e o capital estrangeiro, e essa estatização não é

³⁵ Essa alta liquidez no mercado internacional refletia a intensificação das disputas intercapitalistas, com a ameaça à hegemonia estadunidense em um contexto de ascensão de potências como o Japão e a Alemanha.

antagônica ao capital. Os anos do “milagre”, 68 a 73, na verdade foram o resultado da aplicação sistemática da política que atendia a esses dois interesses específicos e que levaram, no fundo, a reproduzir em escala ampliada tanto o papel quanto a potência de cada um desses agentes específicos (OLIVEIRA, 1977, p. 125).

Nos anos do “milagre”, grandes corporações estrangeiras capitaneavam as parcelas mais expressivas do ramo de bens de consumo duráveis, parcelas também consideráveis de bens de capital, chegando até mesmo a lançar-se sobre os bens de consumo não duráveis. Já a sua contraparte, os monopólios estatais, chegaram a compor a totalidade da produção nas áreas de energia elétrica, combustíveis e em determinados insumos básicos, principalmente o aço³⁶ (OLIVEIRA, 1977). Para que à acumulação das empresas estatais fosse conferido um caráter vultoso, lhes era indispensável a manutenção de salários baixos – não só a esses agentes, mas isso se torna também requisito crucial para sustentar a reprodução do capital estrangeiro e do próprio capital da burguesia nacional. Em outras palavras, a expansão capitalista nestes moldes impetrou a exclusão das classes subordinadas dos processos políticos e distributivos.

No que tange a essas transformações, Francisco de Oliveira afirma que esse Estado Bonapartista ou “Estado do Mal-Estar” irá diluir a separação entre público e privado, pois tanto converte-se em *capital geral*, “publicizando-se”, quanto, simultaneamente, reproduz-se na esfera particular. Nas suas palavras, “privatizam-se os fundos públicos e não se publiciza o privado. Eis o Estado do mal-estar” (OLIVEIRA, 1998, p. 83). Assim, é eliminado o caráter propriamente *público*, substituído pelo *estatal* (proveniente da síntese anteriormente referida), e, em paralelo a essa eliminação, despoja-se também da capacidade de reconhecimento da diferença de interesses e de regular politicamente os conflitos (OLIVEIRA, 1998). Esse modo de regulação autoritário da sociedade apenas tonifica a impossibilidade de se tecer uma relação de dominação entre classes proprietárias e não-proprietárias mediatizada pelas instituições clássicas de uma democracia burguesa³⁷, imprimindo um caráter inerentemente instável no regime, sempre em risco iminente de um novo golpe. O sistema agora se move pela

³⁶ A menção ao capital privado nacional é aqui diminuta, para pontuar apenas sua participação declinante nos processos de produção industrial em escala nacional. De todo modo, vale pontuar que as condições materiais de desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro impediam, concretamente, a simples transferência de recursos ao capital nacional. De acordo com Oliveira (1977), essa transferência apenas resultaria em uma atomização ineficaz em engajar-se nos processos de concentração e centralização do capital então em voga.

³⁷ Ele afirma: “mediante os quais (o proletariado) comparece na arena política para barganhar não só o seu salário, mas o seu papel e o seu lugar em qualquer sociedade política” (OLIVEIRA, 1977, p. 124).

compulsão violenta de acelerar suas taxas de acumulação, passando por cima de qualquer relação minimamente sólida e durável entre classes que se possa vislumbrar.

A própria expansão da economia capitalista no Brasil, no último decênio, conduziu-a a uma situação *em que os riscos de crise são mais latentes e mais fortes que nunca*: a combinação de crescimento parcialmente voltado para “fora” que alimenta a demanda dos setores chamados “tradicionais” a concentração da renda nos estratos mais ricos da população que alimenta um processo produtivo de caráter intrinsecamente inflacionário, o aparecimento *precoce* da especulação bursátil como forma de sustentação da acumulação real, são, hoje, elementos muito mais estratégicos e, por sua vez, muito mais vulneráveis do que o foram, no passado, o estrangulamento do setor externo e a debilidade da poupança; enquanto no passado os elementos de crise tinham um caráter muito mais de contenção por insuficiência e recursos, *os elementos hoje configuram qualquer crise como uma depressão do tipo clássico* (OLIVEIRA, 2003, p. 117, grifos do autor).

Simultaneamente, efervescia a crise do capitalismo a nível internacional, tendo seus momentos mais dramáticos com a crise do petróleo e, posteriormente, com a crise da dívida externa nos países da periferia. Essa última representava, para o Brasil, a inviabilidade de seguir sua “expansão econômica fundada na simbiose entre seu processo particular de reprodução de capital e as condições internacionais” (OLIVEIRA, 1977, p. 130). A nova estratégia a ser explorada parecia voltar-se novamente ao mercado externo, orientando-se pelo modelo primário-exportador como fonte de expansão, sem, no entanto, livrar-se da subordinação financeira externa no qual se havia emaranhado. Também o II Plano Nacional de Desenvolvimento criou estruturas de capital compartilhado entre o tripé produtivo: capital nacional privado, estrangeiro e estatal assentaram-se em setores de insumos intermediários, buscando um novo foco de associação para os grupos econômicos.

A reativação do movimento operário desde o final dos anos 1970 levou a um momento de intensa agitação social e larga mobilização política representado na figura das greves, da criação das centrais sindicais, movimentos sociais e da cidadania; mesmo as crises econômicas que se sucederam nos anos 1980 e 1990, reduzindo devastadoramente o nível de empregos em 1993, não produziram seu recuo político, tendo nas categorias dos metalúrgicos do ABCD, por exemplo, índices de sindicalização de até 90% (OLIVEIRA, 1998). Na contramão das tendências declinantes de sindicalização nos países centrais, viu-se reavivar um modo fordista de organização do trabalho (OLIVEIRA, 1998), isto é, de organização do trabalho ligado a comissões de fábrica e grandes sindicatos de massa.

Todavia, os grupos econômicos do bloco dominante já não logravam qualquer aliança duradoura e mesmo o horizonte de possíveis acordos era extremamente instável

àquela altura, pois o controle do acesso ao capital externo tornava-se foco acirrado de disputa econômica e política (OLIVEIRA, 1977). Mesmo o próprio padrão de acumulação pautado na aceleração da concentração de renda também já não era mais viável, uma vez que a fronteira tecnológica que se abria pela nova onda de revoluções tecnológicas nos países do centro capitalista tornara marginais os aumentos de produtividade em terras brasileiras; de acordo com Oliveira (1977, p. 131): “não adianta muito aumentar a produtividade de automóveis porque isso, do ponto de vista do incremento da produtividade do trabalho, agrega muito pouco agora”.

O regime militar viu anunciar seu fim tanto pelo abandono político que reservou ao proletariado quanto pelo próprio impasse colocado com a competição voraz por recursos no interior das frações do grande capital. Tamanha instabilidade do período militar havia significado precisamente a ausência de forças políticas que detivessem hegemonia, articulando grupos dominantes e grupos dominados, alçando à esfera da política os interesses e transformações que tomavam parte no interior da estrutura de classes. Predominava, ao seu término, ainda um vácuo: como suscitar uma nova fase de expansão se a pura repressão sobre as classes dominadas já não surtia mais o mesmo efeito para levar a cabo as exigências do processo de acumulação capitalista? Qual deveria ser a forma política mais adequada (e com ela, o novo papel do Estado), ainda mais com a chegada do processo de globalização?

2.2 Redemocratização Tardia, Vanguarda Neoliberal

O ressurgimento do movimento operário e sindical a nível nacional havia frustrado a política econômica dos últimos anos da ditadura militar, iniciando uma longa trajetória marcada por confrontos e negociações entre Estado, capitalistas e trabalhadores. Ao mesmo tempo, a crise que implodira ao final da ditadura havia prejudicado o investimento produtivo e engessado a estrutura industrial, mas dado lugar a uma nova rodada de processos de concentração e centralização, reforçando o poder econômico do grande capital. Somando-se a isso, a dívida externa crescia e era parcialmente absorvida pelo Estado brasileiro, convertida em dívida interna, terminando por dilapidar o sustentáculo fiscal do autoritarismo (OLIVEIRA, 1998).

Vale destacar que “o êxito do crescimento da sindicalização e da construção das centrais sindicais [...] *prova-se essencialmente como político*; ele não é apenas uma derivada das condições da organização do trabalho” (OLIVEIRA, 1998, p. 179). Assim,

as reivindicações da classe assalariada pautaram as relações capital-trabalho durante o final da ditadura militar até o nascente período da redemocratização, conduzindo grande parte das transformações sociais progressistas no Brasil do período³⁸. No entanto, esse protagonismo será conduzido num contexto muitas vezes adverso, de crise, recessão, incapacidade fiscal e institucional do Estado e desemprego tecnológico, sendo importante enfatizar justamente como a força de organização política era exitosa em arrancar avanços, criando freios e contrapesos³⁹ às pressões de “modernização selvagem, *à la* México, por exemplo” (OLIVEIRA, 1998, p. 184). Tais movimentações culminaram na assunção das pautas sociais ao nível da jurisdição, incorporadas na nova legislação da Constituição de 1988; os direitos ali conquistados, mesmo que tardiamente juramentados, manifestavam a promessa de um sistema universal de seguridade social, provedor de garantias trabalhistas (como o seguro-desemprego), assistência médica pública (com a criação do Sistema Unificado de Saúde), previdência social, dentre outros. Inaugurava-se a expectativa de formação de um verdadeiro Estado de Bem-Estar social, nadando contra a corrente internacional do momento (DA SILVA MENDES, 2015).

Como relata Oliveira (1998), a categoria dos bancários, por exemplo, apesar de ter sido arrastada por uma forte onda de demissões com a chegada da informatização, angariou poder organizativo e capacidade de negociação; se tornou uma das poucas categorias sindicais a estruturar-se a nível nacional, aproveitando-se da espacialidade também nacional dos bancos no Brasil. Já o movimento dos metalúrgicos, principalmente da região do ABCD em São Paulo, se colocou na vanguarda do emergente movimento sindical⁴⁰, liderando a estruturação da câmara setorial em conjunto com os empresários do setor automotivo, uma prática que gerou acordos de efeitos para além do tradicional jogo de soma zero geralmente associado às negociações

³⁸ “O que estava em disputa ali era o peso que as esferas da política e da economia exerceriam sobre a sociedade brasileira a partir da Nova República” (DA SILVA MENDES, 2015, p. 280).

³⁹ O período foi fortemente marcado por uma nova onda de renovações tecnológicas que implicavam processos de reestruturação produtiva no interior da indústria, em especial, a automotiva. De acordo com Oliveira (1998, p. 179), “o trabalho flexível, a robotização, a informatização, os processos *kamban*, o *just in time*, os círculos de qualidade” foram os mais expressivos a abarcar o setor. Entretanto, o movimento operário, particularmente aquele de atuação nas câmaras setoriais, criou instrumentos políticos suficientemente fortes para condicionar esses processos à reciclagem e recapitação do trabalhador (OLIVEIRA, 1998), freando os processos de desemprego tecnológico em massa.

⁴⁰ A região foi o berço de atores de grande peso na história dos movimentos sociais brasileiros: foi no Sindicato de São Bernardo que nascem tanto a CUT quanto o PT.

entre operários e patrões⁴¹. Os ganhos mútuos envolvidos nesses acordos não abandonaram seu caráter antagônico quanto aos interesses dos contendores em disputa, mas assumem agora um antagonismo de natureza convergente (OLIVEIRA, 1993), como alternativa encontrada tanto para viabilizar a inserção do setor automobilístico diante da globalização, quanto para superar a herança tutelar do Estado sobre os sindicatos do período autoritário, dotando-os de real autonomia:

Os sindicalistas perceberam que se há mercado global de automóveis, que inclui os capitais produtivos, onde a movimentação das grandes multinacionais migra de um país para outro, não há, por outro lado, um mercado global de trabalhadores de livre circulação, ainda mais em se tratando de trabalhadores brasileiros, relativamente desqualificados numa competição mundial. A única forma de participar desse mercado global do trabalho é a partir de sua fixação em cada mercado nacional. A soma desses dois poderosos interesses foi capaz de induzir o Estado a, timidamente, tomar medidas que viabilizariam o acordo (OLIVEIRA, 1998, p. 184).

O fenômeno sinalizava, portanto, uma superação qualitativa da histórica relação de anulação que acompanhara o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, recolocando as bases de uma sociabilidade tipicamente violenta e excludente. Tratava-se da possibilidade de uma nova forma de atuar na política, de redemocratização pela base, colocando em relevo a própria capacidade de os atores se tornarem sujeitos da regulação social da economia⁴². Sob uma perspectiva mais ampla, o que estava em jogo era a oportunidade de construção de uma esfera pública em que uma nova dinâmica entre Estado, setor privado e sindicatos⁴³ pudesse levar adiante um programa de modernização que agregasse, simultaneamente, crescimento econômico e direitos de cidadania (OLIVEIRA, 1998). Será justamente “contra [tudo] isso que a grande burguesia e o neoliberalismo se insurgem” (OLIVEIRA, 1998, p. 181).

Apesar das robustas demonstrações de des-subalternização das classes trabalhadoras, as bases empresariais, em contrapartida, não subscreveram as novas

⁴¹ As práticas das câmaras setoriais resultaram no Acordo das Montadoras (OLIVEIRA, 1993). Com a redução de alíquotas do IPI e do ICMS, como definido pelos termos do acordo, as empresas recuperaram o nível de vendas e aumentaram sua produtividade; os trabalhadores, por outro lado, obtiveram garantia de estabilidade (porquanto vigesse), além de reajuste nos salários. A inclusão de “metas pactadas de expansão da produção, criação de novos empregos, modernização do parque produtivo, popularização dos produtos e abertura comercial do setor” (OLIVEIRA, 1993, p. 3) também apontavam no sentido de um novo e moderno modelo de se pensar a política industrial.

⁴² Como destaca Oliveira, o Acordo das Montadoras produziu um efeito único, isto é, fez com que um setor altamente oligopolizado deixasse de ser puxador da inflação: “com uma programação de custos, preços e salários desse tipo, num setor da importância do automotivo, o governo poderia tê-la utilizado como um dos instrumentos de uma política anti-inflacionária verdadeiramente inovadora” (OLIVEIRA, 1998, p. 182).

⁴³ Apesar de seu enfoque nos movimentos sindicais, Francisco de Oliveira (1998) não exclui o potencial de outras organizações sociais pautarem um novo modelo de relações entre Estado e sociedade.

mudanças sem grandes atritos. Na verdade – e adiante que será discutido mais a fundo –, as classes dominantes parecem orientar-se pelo paradigma da Reação (OLIVEIRA, 1998), onde já não se pretende mais integrar o subalterno nem mesmo pelos mecanismos próprios do contrato mercantil (em conjunção a outras clivagens historicamente estruturadas).

Todavia, e antes de mais nada, é necessário compreender as transformações na esfera econômica que trarão tendências presentes ao longo do período. A década de 1980 foi particularmente marcada pela estagnação e queda dos níveis de produto em comparação ao largo crescimento que o período do “milagre” havia entregue. Isso se refletiu na apropriação substancialmente concentrada do excedente nas mãos de grandes *grupos econômicos*⁴⁴, que passaram a deter uma participação proporcionalmente maior do faturamento, patrimônio e lucros, tanto mais se recortasse os estratos superiores dos segmentos empresariais; visto de outro ângulo, pode-se afirmar que a estrutura do poder econômico se soergue a partir do poder de mercado de cada grupo (OLIVEIRA, 1998). É verdade que já se herdara a configuração produtiva fortemente oligopolizada da época anterior, mas “a crise, de tão longa e poderosa, deixou de ser conjuntural para ter efeitos estruturais de longo prazo” (OLIVEIRA, 1998, p. 139). A especificidade brasileira emerge, então, sob o aspecto distintivo de um capitalismo hipercentralizado, mesmo para os parâmetros das potências do centro avançado. A dominância de um punhado de grandes conglomerados se faz presente não só em setores mais dinâmicos, como de bens duráveis ou bens intermediários, mas também em setores mais tradicionais, ligados à agricultura e não necessariamente intensivos em tecnologia ou escala, ilustrados na figura do *agrobusiness*, o *big business* brasileiro (OLIVEIRA, 1998). Tamanho nível de concentração em poucos grupos (que, inclusive, aparecem com certa frequência em ramos correlatos e não correlatos) caracteriza um quadro em que “o poder oligopólico, em termos de preço, negociação de prazos com clientes etc., pode ser exercido sistematicamente, independente da conjuntura e dos esforços de estabilização da política econômica” (OLIVEIRA, 1998, p. 136).

Essa dinâmica produziu um deslocamento de forças no interior do bloco dominante, envolvendo os entes privado nacional (mais especificamente, de origem

⁴⁴ No ensaio “Crise e Concentração: quem é quem na indústria paulista” (1994) Francisco de Oliveira, Alexandre Comin, Flávio Mesquita Saraiva e Hélio Francisco Corrêa Lino utilizam-se das modificações na acumulação da indústria paulista para apontar tendências mais gerais presentes na estrutura produtiva nacional. Sua plausibilidade reside em que os grupos econômicos do Estado de São Paulo concentram quase metade da indústria nacional, com um peso ainda maior em setores mais dinâmicos.

paulista) e estrangeiro, principalmente. A começar, houve uma perda de posição relativa das empresas paulistas diante das estrangeiras, expresso por um deslocamento dos lucros líquidos das primeiras em direção às últimas; sua justificativa advém da condição mais intensamente oligopolizada dos grupos econômicos internacionais⁴⁵, capazes de ampliar sua rentabilidade mesmo sob uma produção menor, além de deter um poder de barganha seguramente maior frente às demais frações do capital, bem como com o Estado, trabalhadores e consumidores (OLIVEIRA, 1998). Adicionalmente, vale ressaltar que o Brasil havia se tornado um dos países em desenvolvimento com maior penetração estrangeira⁴⁶, apresentando elevados níveis de integração produtiva com as principais potências capitalistas – em especial, a japonesa e alemã, com recuo do capital de origem estadunidense, como reflexo da correlação do cenário externo.

Por outro lado, no que diz respeito ao terceiro eixo do tripé, Oliveira (1998) afirma que a centralidade da inserção produtiva do capital estatal se choca, de forma ainda mais acirrada na década de 1980, com seu caráter subordinado, presente na contradição central que é chamado a responder, simultaneamente, aos objetivos de acumulação para si e aos desígnios das políticas macroeconômicas. O resultado continuamente deficitário do capital estatal⁴⁷ indica a persistência de sua função em transferir recursos para o resto da economia, isto é, “está fortemente associado às injunções da política econômica e à eterna vocação do setor público de subsidiar o setor privado, sobretudo pela contenção de preços\tarifas” (OLIVEIRA, 1998, p. 151). Mesmo as *holdings* federais de maior relevância, embora lucrativas (mas numa baixa proporção de seu patrimônio e faturamento), são quase sempre impedidas de utilizar a posição oligopólica/monopólica nas estratégias de formação de preços, e impossibilitadas de fazer o ajuste financeiro devido às estratégias de captação de crédito externo do período anterior que legaram a estas uma dívida imobilizante.

Finalmente, vale ressaltar as complexas transformações com relação à forma de propriedade e controle do capital, que dizem respeito aos processos de centralização e concentração de longo prazo na história do capitalismo. No interior da indústria brasileira, a realocação do excedente global se deu justamente de empresas não

⁴⁵ De fato, dentre as empresas paulistas estão incluídos grandes grupos econômicos, mas também empresas de poder de mercado e tamanho mais reduzidos, o que explica sua participação proporcional decrescente.

⁴⁶ Mesmo o modelo de desenvolvimento aberto tipicamente exemplificado pela experiência da Coreia do Sul apresentava somente 19,3% de sua produção controlada por empresas estrangeiras diante dos 32% da produção brasileira (OLIVEIRA, 1998).

⁴⁷ Neste caso, em especial, Oliveira (1998) refere-se às empresas públicas do estado de São Paulo.

pertencentes a grupos econômicos em direção aos grandes agrupamentos de empresas. Nesse movimento, a devida compreensão da noção de *grupos econômicos* torna-se importante para afastar a falsa ideia de que essa nova forma se trataria de simples soma de quaisquer empresas em uma nova entidade. Na verdade, o conceito indica uma união de diferentes frações do capital (capital comercial, produtivo e financeiro) operando sob uma lógica qualitativamente diferente. Nas palavras de Oliveira (1998, p. 149): “os grupos são a centralização de entidades já caracterizadas pelo grande porte, pela penetração em setores mais oligopolizados e pelo poder financeiro;”. A centralização de recursos de várias unidades diferentes, em setores diversos, confere a esses grupos a capacidade de

desempenhar funções financeiras que estão muito além das possibilidades econômicas dos empreendimentos isolados; os grupos podem assim se dirigir ao mercado financeiro de modo privilegiado e compor uma equação capital produtivo\ capital-dinheiro muito mais eficaz. Dado o peso da acumulação financeira no conjunto da reprodução do capital que caracterizou os anos 80, isto faz toda a diferença (OLIVEIRA, 1998, p. 149).

Ademais, a frequente presença de bancos, corretoras e outras instituições financeiras à frente desses grupos é um indício de que eles próprios já são parte do mercado financeiro: “os grupos são uma engrenagem central da ciranda financeira, alavancando ficticiamente sua acumulação numa magnitude impensável para o capital individual” (OLIVEIRA, 1998, p. 149). Assim, diante desses processos de concentração e centralização de capitais,

[...] o Estado nacional no Brasil e na América Latina em geral perdeu a capacidade de arbitrar o conflito interburguês. O neoliberalismo aparece, pois, não como uma exigência frente ao intervencionismo estatal, que não permite o funcionamento dos mercados: o neoliberalismo é, antes, a confissão da impotência do Estado burguês frente a esses processos. E a dolarização direta, via conversibilidade, ou disfarçada, via âncora cambial, é simplesmente a confissão de que o Estado nacional da periferia do capitalismo não tem mais a capacidade de possuir moeda (OLIVEIRA, 1998, p. 195).

No nível da política, a recepção das reivindicações das classes trabalhadoras como “questão de segurança nacional” parecia assombrar novamente a resolução dos conflitos. As promessas de concretização da revolução burguesa no sentido clássico pareciam há muito exauridas, e mesmo quando confrontadas com o resultado do próprio desenvolvimento capitalista, isto é, a emergência concreta de uma alteridade sociopolítica (com a ascensão de um proletariado independente e de um campesinato livre também de relações de servidão), os regimes democráticos burgueses pareciam eles mesmos se tornarem condutores de uma nova exclusão. Assim, a burguesia passa a

se mobilizar para eleger mandatos de caráter destrutivo diante das organizações sociais, com a intenção de debilitar a capacidade das classes subordinadas de conduzirem a pauta política.

Com Collor, as forças progressistas sofreram uma primeira ofensiva de inspiração neoliberal: a reforma do funcionalismo público, aliada às privatizações de empresas públicas, rebaixaram impetuosamente a capacidade operacional do Estado brasileiro, enquanto as políticas de arrocho salarial atravancaram o avanço progressista da classe trabalhadora, já atormentada pela violenta pedagogia da hiperinflação. Também as práticas de desregulamentação e abertura comercial ameaçaram liquidar os investimentos da indústria nacional. Com Fernando Henrique Cardoso, a estabilidade monetária do Plano Real parecia ter logrado restaurar o cálculo econômico racional, instituindo-lhe suficiente legitimidade para alça-lo ao pódio de representante do bloco dominante – onde se articulavam os vários interesses da burguesia industrial, financeira, rural, setores da classe média, empresas multinacionais e expectativas estrangeiras. O psdbista assentou-se num programa de reformas constitucionais composto por uma agenda de flexibilização do contrato de trabalho, desregulamentação dos mercados, mudanças na Previdência, privatizações e demais ataques aos direitos cidadãos recém-conquistados (OLIVEIRA, 1998).

Com a chegada do paradigma neoliberal, “o Estado brasileiro assume um novo perfil: sem perder a importância que sempre teve na garantia à acumulação capitalista no país, reduziria ao máximo seu papel” (DA SILVA MENDES, 2015, p. 143). A depredação dos recém-institucionalizados instrumentos de política pública e social mediante a aprovação da Constituição Cidadã e o imperativo de pagamento dos serviços da dívida ao lado da subordinação monetária ao dólar⁴⁸, marcam a perda da capacidade regulatória do Estado. Esta incapacidade se torna manifesta tanto pela sua esterilização em regular o sistema econômico no âmbito nacional, tanto com a entrada de suas áreas político-territoriais nas dinâmicas capitalistas globalizadas, quanto pela explosão descontrolada da violência privada das redes de narcotráfico e enfiamentos de gangues armadas, fratura exposta de uma sociabilidade consumida pela violência espástica. Em última instância, a crise do Estado se submerge em crise social:

Weberianamente, o Estado perdeu o monopólio exclusivo da violência; marxisticamente, o Estado foi privatizado numa escala impensável em qualquer país radicalmente liberal. Essa tendência já vinha desde o

⁴⁸ Em especial, a política monetária ancorada pelo dólar encerra qualquer autonomia que essa forma de regulação econômica poderia guardar.

autoritarismo, mas perversamente, o Estado democrático a agravou (OLIVEIRA, 1998, p. 166).

Em países como os latino-americanos e, em particular, o Brasil, que apresentam desigualdades abismais entre as várias classes sociais, o modelo de “desenvolvimento neoliberal” traduz-se em exclusão social permanente – que então se torna a característica central da contradição periférica. Mesmo as clivagens historicamente excludentes (como recortes de raça, de gênero e geracionais), introduzidas ao capitalismo em benefício de uma maior exploração e acumulação, condenam agora populações inteiras à categoria de “inempregáveis”, pois não mais teriam vez ou lugar na nova ordem globalizada sob o capitalismo. Esse processo de apartação é instigado pela retórica neoliberal, que transfigura as conquistas das classes dominadas (plasmadas na forma de direitos sociais, trabalhistas, civis e políticos) em “custo Brasil”, “questões de segurança nacional” ou pela sua culpabilização⁴⁹. Dessa forma, “seja por mecanismos como a exclusão da fala do outro, seja por um quadro de violência que é produzida pelos próprios aparelhos de Estado, o avanço neoliberal promove a privatização do público, e, no seu rastro, a anulação da política.

Em última instância, esses processos remetem a uma desvirtuada compreensão da dinâmica público-privada no interior do capitalismo que emerge desde a sua crise dos anos 1970. Às classes dominantes parece que a acumulação de capital prescindiria do Estado para propagar-se; daí o desprezo pela esfera pública. Sem controles públicos, essa voracidade do capital corre o risco de transformar-se numa “tormenta selvagem na qual sucumbiriam juntos a democracia e o sentido de igualdade nela inscrito desde os tempos modernos” (FANTON, 2021, p. 18), uma observação que já delineia um risco real até mesmo em países de capitalismo avançado como os EUA, pois o avançar da pobreza e desigualdade de renda já aponta nesse sentido. Na perspectiva de Oliveira (1998), a burguesia já não buscaria mais a universalização da sua dominação sob um campo semântico comum (subscrito na ideia de hegemonia), mas antes, ao tornar a recém-nascida democracia um mero simulacro de suas potencialidades, transmuta-se em totalitarismo, em uma forma de exceção permanente – isto é, de uma exclusão reiterada e estruturante – do sistema capitalista na sua periferia (OLIVEIRA, 2003).

⁴⁹ Como quando se associa as políticas de gasto social enquanto elemento causador de inflação, que pune aqueles que vivem de renda do trabalho.

CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Para tratar das especificidades e convergências associadas aos padrões de desenvolvimento entre centro e periferia, antes de tudo, precisamos compreender o que significa falar em *desenvolvimento desigual*. Assim, a primeira seção deste capítulo procura tratar das categorias de *desenvolvimento geográfico desigual*, de David Harvey e de *desenvolvimento desigual e combinado*, inspirada em Trotsky e retrabalhada por Francisco de Oliveira, ambas postas diretamente em diálogo com sua matriz teórica, isto é, com as elaborações de Marx sobre a temática. Na seção seguinte, iremos aproximar os quadros representativos de ambos os autores (Harvey e Oliveira) usados para descrever as relações entre Estado, capital e trabalho ao longo do período pré-crise estrutural, como forma de disputar construções e sentidos quando aplicados para o Brasil, principalmente de “regulação” “fordismo”, “Estado de Bem-Estar” e “privatização”, dado o contexto de alta instabilidade e assincronia em que se processou o desenvolvimento capitalista brasileiro. Na seção final, traremos para discussão a tese da “brasilianização”, lembrando os apontamentos feitos por Arantes (2004) acerca do fantasma da dualidade periférica que parece estar se expandindo ao centro com a chegada do neoliberalismo, com o reaparecimento de práticas até então tidas como arcaicas e já superadas; em seguida, recuperaremos a riqueza e potência de uma crítica à razão dualista, dialetizando as transformações (no seu processo real), que atravessam o trabalho, em seu conteúdo de valor, o capital, em sua conglomeração e diversificação financeira e a esfera regulatória, no seu âmbito estatal e público.

Sob a noção de *liberalismo embutido* entendia-se que os processos de mercado estavam circunscritos ao invólucro das relações sociais em um ambiente regulatório que ora restringia, ora conduzia a estratégia de acumulação. Havia, portanto, um consenso entre as classes de que o Estado deveria resguardar um ambiente de pleno emprego, crescimento econômico e bem-estar de seus cidadãos. Ainda que o fenômeno do fordismo-taylorismo tenha se estruturado em torno de um conjunto de práticas políticas, econômicas e sociais relativamente estáveis, bem definidas e com uma racionalidade própria, variou acentuadamente de um lugar a outro; como comenta Harvey: “Para boa parte do Terceiro Mundo, [...] o liberalismo embutido continuou a ser um sonho distante. O impulso subsequente à neoliberalização após 1980 envolveu pouca mudança material em suas condições de empobrecimento” (HARVEY, 2008, p. 21). Exemplo claro disso está na presença desigual dos movimentos de sindicalização e da diversidade

nos estatutos jurídicos de regulação sobre os processos de trabalho em todo o mundo capitalista. Outro ponto de virada tem sido como a emulação das largas taxas de crescimento do centro chegou às periferias sob a forma de ditaduras repressivas contra sua força de trabalho e pelo influxo de capitais estrangeiros (tornados mais intensos a partir dos anos 1970).

Essa diferença nos padrões de desenvolvimento entre países do sistema capitalista é abordada por Harvey sob a noção de *desenvolvimento geográfico desigual*. A reprodução do capitalismo se dá por meio de formas aparentemente caóticas de desenvolvimento desigual, pois é da natureza dinâmica do capital buscar ultrapassar os limites das determinações colocadas pelas possibilidades de acumulação, se esforçando incessantemente para empregar a “anulação do espaço pelo tempo” (MARX, 2011, p. 699). Trata-se de suspender temporariamente as tendências cíclicas às crises por meio do adiamento do tempo e da expansão geográfica.

Esse fenômeno aponta justamente para a tendência do capital em procurar submeter os demais modos de produção anteriores a sua própria lógica, absorvendo-os em sua órbita de produção e circulação, criando novos pontos de intercâmbio, tal como coloca Marx (2011, p. 540): “Daí a tendência do capital 1) de ampliar continuamente a periferia da circulação; 2) de transformá-la em todos os pontos em produção executada pelo capital”. Por outro lado, de forma alguma Marx aponta, a partir dessa tendência expansiva do capital, para uma concepção de desenvolvimento unilinear e teleológica; na verdade, é possível elencar ao menos duas apreensões do caráter multideterminado, e assim, “desigual”, no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista.

Em primeiro lugar, há de se destacar o aspecto contraditório do desdobramento da própria lei do valor: conforme as estratégias de produção de mais-valor avançam no sentido de uma maior aplicação da ciência e da técnica sobre o processo de trabalho, pautando-se na criação de mais-valor relativa em larga escala mediante a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, a produção passa a depender cada vez menos do trabalho vivo. O trabalho imediato se reduz em quantidade ao longo do processo de produção com o aumento da composição orgânica do capital, isto é, da taxa relativamente maior de capital fixo diante do trabalho vivo; além disso, o próprio trabalho científico, enquanto força produtiva geral resultante da articulação social na produção, torna o trabalho individual qualitativamente inferior como princípio determinante da produção.

Todavia, o pressuposto da produção baseada no valor continua sendo o tempo de trabalho (a relação social do valor) e o quantum de trabalho empregado como fator decisivo na criação de riqueza (MARX, 2011). Assim, a capacidade desenvolvida das forças produtivas efetivada no progresso tecnológico e domínio da natureza apontam para além da relação de valor; seu próprio desdobramento interno aponta para além de si mesmo, mas o que entrega efetivamente é uma maior reificação do ser humano. Eis a desigualdade contraditória fundamental do processo de desenvolvimento capitalista: “Na economia burguesa – e na época de produção que lhe corresponde –, essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento” (MARX, 2011, p. 646). Isso ocorre pois a aplicação capitalista das forças objetivadas do trabalho advém da necessidade de absorver mais valor e não emancipar o trabalho da sua condição de exploração. Em suma, se pode afirmar que a desigualdade fundamental é expressa pelo contraste entre as potencialidades de realização da condição humana colocadas pelo impulso e avanço das forças produtivas, mas limitada pelos moldes restritivos da riqueza fundamentada pela exploração do trabalho alheio e alienado.

Em segundo lugar, o desenvolvimento capitalista pode se apresentar de diferentes formas em cada sociedade em razão das diferentes forças mediadoras (como instituições, cultura, estado de arte da luta de classes no interior da sociedade, etc.) gestadas ao longo de processos históricos, de modo que a relação entre a esfera econômica se encontre mutuamente determinada por outras esferas que conformam uma sociedade (SALUDJIAN; MIRANDA; CARCANHOLO, 2015).

No desenvolvimento desigual, expressa-se a heterogeneidade dos componentes de cada complexo e da relação recíproca desses complexos. Quanto mais desenvolvida, quanto mais social for a economia, tanto mais a heterogeneidade dos elementos naturais passa a segundo plano, transformando-se de modo cada vez mais declarado numa tendência à socialidade. Esse processo, contudo, supera a naturalidade, mas não as heterogeneidades (LUKÁCS *apud* SALUDJIAN; MIRANDA; CARCANHOLO, 2015, p. 18).

Assim, os processos de transformação implicados nas transições de um modelo de acumulação ao outro refletem, necessariamente, a dissolução dos padrões de relações previamente existentes, mas, também, as novas formações sociais que emergem a partir da ascensão de novos grupos e seus interesses tipicamente conflituosos. Portanto, a lei do valor que se torna expansiva pela ampliação dos pontos de intercâmbio (como outrora citado), refrata-se sob o meio que transpassa, adquirindo conteúdo específico a partir dos arranjos de classe e forma política daquela sociedade. As estruturas que

aparecem por esse movimento denotam a presença de singularidades nos padrões de desenvolvimento capitalista em cada tempo histórico e espaço.

É possível perceber como a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalistas é um modelo de domínio do espaço e do tempo pelo capital, como entende Harvey na sua noção de *reprodução ampliada*. Impelidos pela concorrência, capitalistas individuais se dispersam no espaço buscando vantagens competitivas, fazem-no conforme os custos diminuem e/ou as taxas de lucro ainda não tenham sido completamente exauridas em cada estrutura espacial (HARVEY, 2005b); quando essas condições não se encontram imediatamente disponíveis, além de manejar diferenças geográficas marginais dadas, se empenham em produzir diferenças e, a partir dessas vantagens conquistadas, adquirem poderes monopólicos ou oligopólicos. Esses deslocamentos espaciais se dão por meio da abertura de novos mercados, exploração de novas capacidades produtivas e das disponibilidades de fatores em outros lugares. Sob a mesma lógica, existem também os deslocamentos temporais que, por sua vez, são observados nas decisões de investimentos de longo prazo que adiam a futura reentrada de capital em circulação, seja nos investimentos diretos para a formação de capital ou na expansão do gasto público (via gastos com educação, pesquisa, e infraestrutura física, para citar alguns).

Ainda em Harvey (1989), o próprio processo de acumulação de capital produz um ambiente dinâmico e competitivo dentro do sistema e faz com que os capitalistas se lancem em busca de inovações tecnológicas ou organizacionais que acelerem o tempo de giro do capital, impondo seu domínio, também, pela aniquilação do espaço através do tempo. Esse comportamento competitivo gera um estado de contínuas transformações e, assim, de instabilidade recorrente na distribuição espacial das atividades capitalistas, pois se processam de forma cada vez mais acelerada, onde um processo de trabalho se torna rapidamente descartável e uma técnica ou tecnologia, rapidamente defasada. Esses processos, compreendidos na noção de *compressão espaço-tempo*, moldam as estruturas espaço-temporais da acumulação, afetando a divisão territorial do trabalho e da produção, produzindo uma dinâmica própria entre concentração e dispersão do capital, privilegiando o acesso a informações e demais condições de produção de forma desigual.

Essa desigualdade entre regiões também pode ser produzida (como anteriormente comentado) sob processos violentos, de espoliação de terras, comunidades e ativos. A persistência de práticas predatórias para suprir a ávida busca

por novas fronteiras de acumulação levou Harvey (2005b) a requalificar a ideia de *acumulação primitiva* como colocada por Marx, apresentando a noção de *acumulação por espoliação*. Em lugar de ser apreendida como um mecanismo primevo de eclosão de focos de valorização, a ampla gama de processos tidos como “primitivos” mantém-se em contínuo andamento, sustentando partes consideráveis da acumulação, ainda mais marcadamente no período contemporâneo. Assim, a mobilização de delimitações jurídicas, como da própria violência para colocar esses processos em prática, depende de maneira vital da ação estatal para promover a transição para o desenvolvimento capitalista⁵⁰. Seu resultado último é liberar recursos a um custo mais baixo – ou mesmo nulo – de modo que a eles possam ser atribuídos um uso lucrativo; de outro modo, a acumulação por espoliação também é expressa desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser revendidos a um preço muito menor e reciclados sob novos circuitos de circulação do capital (HARVEY, 2005b).

Portanto, vemos que em Harvey a produção da desigualdade sob o desenvolvimento capitalista tanto engloba como destrói – uma forma de destruição criativa – o que toca, e pode ser compreendido fundamentalmente nas ordenações espaço-temporais da reprodução ampliada como pelos métodos truculentos da acumulação por espoliação, com a ressalva de que “a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (HARVEY, 2005b, p. 135); por outro lado, esses processos se encontram intrinsecamente vinculados pelos espólios lançados mediante as atividades do capital financeiro e das instituições de crédito, atuando sob respaldo do Estado (HARVEY, 2005b).

Finalmente, há ainda um último conceito de central importância para compreensão das diferenças engendradas no decorrer do desenvolvimento capitalista; trata-se da ideia de *desenvolvimento desigual e combinado*, inspirada nas formulações teóricas de Trotsky acerca dos processos de industrialização tardia nas regiões periféricas ao sistema, mas aqui considerada pela exposição de Francisco de Oliveira em *Crítica à Razão Dualista* (2003). Partindo do processo de modernização brasileira a partir da década de 1950, cuja forma e aparição se expressou no crescimento urbano caótico das cidades, Oliveira indica seu conteúdo efetivo na necessidade de suscitar

⁵⁰ Essa função vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes (HARVEY, 2005b).

fundos de acumulação primitiva para o desenrolar da industrialização tardia e de base capitalística pobre. De modo ilustrativo, demonstra como uma operação aparentemente destinada à subsistência do trabalhador, isto é, que parte das atividades de “economia natural” dentro das cidades, compatibiliza-se de maneira cabal com o processo de expansão capitalista, isto é, de exploração da força de trabalho para fins de autovalorização:

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super-trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas (OLIVEIRA, 2003, p. 59).

Com isso, Oliveira procura retratar que o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 1930 não é somente desigual, mas combinada. Diferentemente do que a noção de subdesenvolvimento cepalina colocava, a existência de um setor moderno e homogêneo, que se expande com crescentes níveis de capitalização, e outro atrasado e heterogêneo, que se expande horizontalmente (sob baixo nível de capitalização), não era mera anomia que atravancava o desenvolvimento brasileiro, mas conformavam uma integração dialética; a incompatibilidade se dava apenas no nível da forma em que o processo aparecia, isto é, caótico e com níveis de produtividade em setores como agricultura e indústria se distanciando no tempo (pelo menos, em princípios do processo de industrialização).

Por outro lado, não é algo simplesmente funcionalista, que gradativamente absorve o arcaico em seu estado bruto, mas produz a diferença ativamente, criando um “novo velho” e reproduzindo, no novo, o velho. Certamente, aquele padrão de reprodução arcaico é tornado útil à acumulação capitalista, mas esse não é o resultado final desse modo de desenvolvimento; antes, o moderno, no seu crescimento, redefine as condições estruturais do velho, introduzindo novas relações de produção no setor arcaico, e em contrapartida, reproduzindo internamente velhas relações; essa maneira particular de associação configura uma estratégia que beneficia a acumulação e o avanço das forças produtivas. Nas palavras de Francisco de Oliveira: “a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de

acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

Essa combinação de desigualdades não é original, mas se processa tipicamente em sistemas passando por transições em seu padrão de desenvolvimento. Nos países tomados como padrão do desenvolvimento capitalista clássico, os primeiros estágios da acumulação também são marcados por um incremento na desigualdade entre classes; essa tendência é então revertida⁵¹ e a renda real per capita dos estratos mais baixos cresce relativamente mais rápido que de outros estágios e confere maior dinamicidade à acumulação do sistema como um todo. A particularidade brasileira consistiria em dizer que a expansão do capitalismo no Brasil cresceu *por elaboração de periferias* (OLIVEIRA, 2003), e isso conferiu aos processos de acumulação primitiva um caráter estrutural e não simplesmente genético. Mesmo com a progressão das etapas da industrialização, esse padrão de desenvolvimento continuava a se valer dos esquemas de reprodução arcaicos⁵², que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; sob essas condições,

[...] o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir (OLIVEIRA, 2003, p. 60).

3.1 O “Fordismo Imperfeito” sob Regulação Autoritária

Durante o período do pós-Segunda Guerra Mundial, o Brasil se inseriu na história do desenvolvimento capitalista global enquanto país de industrialização tardia e periférica. Dessa forma, a experiência brasileira apresentou singularidades e especificidades diante do modelo referencial geralmente levantado para descrever o regime de acumulação fordista-keynesiano/*liberalismo embutido*, isto é, tanto em seu auge quanto no momento de crise; logo, algumas noções como “fordismo”, “Estado de Bem-Estar”, etc. devem ser mais detidamente discutidas.

⁵¹ Como discute Oliveira (2003), essa reversão não se dá, de forma alguma, de modo automático, pelo contrário: é a organização política das classes trabalhadores na determinação de uma legislação social favorável que permite a modificar a tendência inerentemente concentracionista do desenvolvimento capitalista.

⁵² Uma gigantesca operação de acumulação primitiva pode ser ilustrada pela experiência da construção da Transamazônica.

Em primeiro lugar, a transição para uma economia industrial se processou de forma dependente – uma vez que a estratégia de industrialização brasileira foi orientada pelo paradigma tecnológico-industrial estadunidense e incapaz de completar a internalização total das forças produtivas⁵³, buscando, ao nível de suas relações externas, restaurar o padrão das relações centro-periferia; e, também, imperfeita – pois permeada da conjugação entre arcaico e moderno como próprio da sua evolução interna progressiva. Uma particularidade específica da condição brasileira diz respeito ao fato contraditório de que, embora munida de um enorme potencial de acumulação pela exploração da força de trabalho, sua base capitalista era “pobre” em termos de maquinário e equipamentos, o que a levou a suprir-se essencialmente de processos de acumulação primitiva, que, então, assumiriam caráter estrutural e não simplesmente genético (OLIVEIRA, 2003). Por outro lado, o acesso ao mercado mundial colocou à disposição das forças internas as técnicas e os bens de capital necessários para potencializar a industrialização, permitindo “queimar etapas” e produzir “saltos” de produtividade.

Além disso, esse período foi marcado por uma profunda instabilidade política, que refletia a intensidade e celeridade das transformações das forças produtivas e das agitações e diferenciações no interior das relações de produção. Em lugar de ter se organizado ao redor de um compromisso estável entre capital e trabalho, mediado pelo Estado ao longo do tempo, as sucessivas crises observadas – a crise do pacto populista, o golpe militar de 1964 e, finalmente, a crise da dívida encerrando o período – servem de elementos fortemente contrastantes à acomodação institucional de interesses das classes antagônicas nos países do centro capitalista e o manejo dos ciclos econômicos via políticas keynesianas. Por um lado, grande parte do período é marcado por uma estrutura fiscal retrógrada do Estado que levava a uma expansão inflacionária; apenas com a ascensão do regime militar essa estrutura “se moderniza”. Por outro, A própria emergência do Estado Bonapartista encabeçado pelas Forças Armadas torna patente a condição instável e de irresolução do conflito de repartição do excedente social entre classes, uma vez que se despoja de mediações políticas, recorrendo imediatamente ao uso da força para dar prosseguimento aos processos de potencialização da acumulação e avanço dos setores sofisticados. A forma política do Estado burguês perde sua

⁵³ O segundo governo Vargas tentou realizar a implantação do setor de bens de capital, expresso nos projetos de criação da Petrobras e da Companhia Siderúrgica Nacional. O empreendimento foi apenas parcialmente concluído, causando um desbalanço crônico nas relações interdepartamentais da estrutura produtiva brasileira.

autonomia diante das necessidades econômicas e passa, então, a compartilhar da mesma identidade, em que a violência e a dominação aberta tornam-se condições *sine qua non* para aumentar a taxa de lucro ao patamar das exigências monopolistas. Antes de restringir o poder econômico das classes dominantes e direcionar uma maior parte do produto social ao trabalho em prol de altas taxas de crescimento econômico, o avanço das forças produtivas no Brasil se deu pelo alinhamento do Estado ao capital privado e estrangeiro em detrimento das classes sociais subordinadas. Com efeito,

O regime militar fez compor uma nova relação de força, se aliando ao capital privado e estrangeiro sem manter o compromisso anterior com as classes sociais subordinadas e foi essa posição política que permitiu o avanço do processo de expansão capitalista nacional e intensificou a formação de uma estrutura monopolística no Brasil (MORET, 2011, p. 62).

Esse “fordismo imperfeito”, a princípio, se assemelha à sua contraparte original por conter uma estrutura de produção monopolística com largo uso de capital fixo, proporcionando altos ganhos de produtividade e também aumento das taxas de lucro, mas é sua característica particular que merece destaque: aqui se verifica justamente a completa exclusão dos ganhos de produtividade pelo trabalho organizado, o fechamento de centrais sindicais e a ausência de poder de barganha diante do capital e de direitos sociais no âmbito do Estado (isto é, durante o regime militar); na verdade, esteve na antípoda de produzir escassez de mão de obra que acusasse o encarecimento da oferta de trabalho, pois a acumulação urbano-industrial se valia de um crescente exército industrial de reserva, na forma de uma vasta mão de obra localizada no mercado de trabalho informal – condição aprofundada com a importação de tecnologia externa poupadora de mão de obra. Não houve uma articulação de seus mercados internos (como acusa o desbalanço interdepartamental crônico) ao lado de uma institucionalidade sócio-política, como implicava o padrão de regulação fordista, ou seja, não poderíamos falar em modo de vida total para o caso brasileiro, como sugeria Gramsci em seu conceito inicial.

Na verdade, verificou-se um intenso processo de acumulação intensiva de capital em setores produtores de bens de consumo duráveis, mas a produção foi realizada não por um vasto mercado de consumo em massa, mas pela demanda segmentada dos grupos de renda altamente concentrada e, externamente, via exportações. A institucionalização do salário mínimo se deu aquém da participação dos trabalhadores em ganhos de produtividade; o que se verificou foi a aceleração da exploração do trabalho como uma das forças propulsoras desse modelo de desenvolvimento,

produzindo uma estrutura de renda extremamente concentrada e desigual, que permitiu a implantação de setores ditos “dinâmicos” e “modernos”, mas que não tinham seus produtos realizados em um mercado interno de consumo em massa. Sem o acesso a esse mercado e muito menos o apoio considerável do salário indireto pelo governo, a reprodução dos trabalhadores pelo consumo necessitava de um setor de serviços e da agricultura que se expandisse sob baixa capitalização - ou até mesmo de forma “gratuita” aos olhos do capital - e proporcionalmente ao emprego industrial⁵⁴.

À análise que cabe a este espaço talvez seja interessante contrapor o típico planejamento keynesiano que coordenava os processos de acumulação e crescimento capitalistas nos países centrais não imediatamente ao desenvolvimentismo, que obscurece o elemento conservador⁵⁵ da modernização brasileira, mas à ideia de *desenvolvimento desigual e combinado*, que ativamente produz o atraso como condômino da expansão capitalista no Brasil (OLIVEIRA, 2003). Nessa caracterização está colocada a especificidade particular da expansão capitalista no Brasil – isto é, uma forma de desenvolvimento que não simplesmente combina setores “atrasados” com setores “modernos”, mas reproduz e recria sua própria e vasta periferia, em que “predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema” (OLIVEIRA, 2003, p. 69).

Vale destacar que a noção de “regulação” também adquire um sentido profundamente diferente para David Harvey e para Francisco de Oliveira e isso terá implicações importantes para a ideia de “Estado de Bem-Estar”. Em Harvey, a noção de *regime de acumulação* (HARVEY, 1989) da qual se vale o autor (a partir da Escola Francesa da Regulação), entende que a garantia relativamente estável da acumulação no longo prazo está sujeita a regularidades econômicas e sociais de um dado momento histórico; ao lado de um *regime de acumulação*, subsiste determinado *modo de regulação*, isto é, a gama de procedimentos necessários para reproduzir as relações essenciais à acumulação por meio de formas institucionais historicamente determinadas,

⁵⁴ De acordo com Da Silva Mendes, “o modelo construído por Oliveira caracteriza-se por uma profunda e rígida integração: nem as relações arcaicas no campo nem o desordenado crescimento dos serviços são apresentados como peças soltas ou anomalias do sistema. Ao contrário: seu argumento sempre aponta no sentido de uma íntima e necessária relação com a expansão da indústria. Os setores primário e terciário se mantêm e se reproduzem graças à sua relação com o secundário, ao qual são, também, indispensáveis” (DA SILVA MENDES, 2015, p. 91).

⁵⁵ Especialmente a partir de 1964 o processo deixa de apresentar-se como uma revolução burguesa e assume a imagem de uma contrarrevolução.

permitindo seu funcionamento de modo relativamente espontâneo, sem a necessidade de uma interiorização prévia dos princípios de ajustamento do sistema por parte de seus atores (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011). Assim, essas noções remetem à construção de uma malha institucional *no interior* do sistema capitalista, que ora restringe, ora conduz as estratégias de acumulação em consonância aos limites políticos e econômicos de determinada época. Nesses termos, a emergência do Estado de Bem-Estar Social não significou uma mudança fundamental na forma de operação do capitalismo, que ainda se guia primordialmente pelo lucro e exploração do trabalho.

Diferentemente, com Oliveira (1999), o Estado de Bem-Estar social sob o fordismo é a expressão de uma modificação estrutural no capitalismo no que tange à reprodução das forças produtivas e às relações de classe. “O financiamento público tornou-se abrangente, estável e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos” (OLIVEIRA, 1998, p. 21); isso levou à criação de uma esfera pública e de um mercado institucionalmente regulado pelos fundos públicos. De acordo com Lavinias (CENEDIC, 2020), Oliveira foi dos poucos estudiosos a dar a atenção necessária à extrapolação das relações sociais, antes apenas configuradas nos espaços privados, para a esfera pública. Se servindo do arcabouço keynesiano, desenvolveu o conceito de fundo público onde se fundem a razão pública e a privada, e em uma mesma unidade, se garante a produção e reprodução não só do valor, mas também do antivalor. Essa “revolução copernicana” (OLIVEIRA, 1998) da relação social de produção aponta para além de si mesma – isto é, para além de suas formas políticas e para além de sua reprodução material; o Estado de bem-estar e seus mecanismos institucionais lançam-se para um modo social de produção superior.

De uma esfera pública onde se encontravam sujeitos privados postos em concorrência – como tipicamente colocado por Marx –, o Estado de Bem-Estar instituiu um novo tipo de esfera pública, onde os sujeitos privados passariam a ser regulados *de fora*. A universalização desse processo para além do centro se deu em um desenrolar refratário a depender do espaço em que se assentava; no Brasil, em sua condição periférica, tratou-se de um simulacro, a partir de uma tradição historicamente marcada pela violência e proibição da fala, de uma dominação burguesa avessa ao espaço de dissenso. Assim, todo o esforço de democratização e construção dessa nova esfera decorreu aqui, quase por inteiro, pela ação das classes dominadas. Com efeito, procuraram instituir uma nova sociabilidade, para além da contratualidade mercantil onde o que um perde é o que o outro ganha (ainda que não se trate de estabelecer uma

esfera anti-burguesa e de teor igualitário), mas de instituir um campo de reconhecimento mútuo em que

[...] O público se constrói não pela hipostasia dos interesses particulares numa vontade geral unificadora, mas pela negação do privado, não no sentido de sua não-existência, mas no de sua transfiguração: ou seja, o público é uma socialização dos acordos privados mediados pelas categorias universais presentes na constituição societária, enquanto o privado se forma pela apropriação de riquezas públicas consentidas à condição de que se cumpram os resultados objetivados. Trata-se de um *trade-off* permanente entre público e privado, que mantém a tensão de suas especificidades, a marcar os pontos de uma trajetória para a consecução dos resultados. Não há, portanto, lugar para a discussão sobre superioridade de um sobre o outro, nem indiferenciação, que seria a promiscuidade (OLIVEIRA, 1993, pp. 6-7).

Os fundos públicos reformulam as condições de reprodução tanto da força de trabalho quanto dos capitais particulares, pois se colocam como pressuposto principal das possibilidades de reprodução do sistema, onde antes havia apenas o valor. No lado do capital, a formação da taxa de lucro dos capitais particulares que compõem o setor oligopolista passa pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível; ele também se faz presente agilizando a circulação de capital sob a forma de títulos públicos e de vários incentivos e subsídios. Já no lado da força de trabalho, os gastos com bens e serviços sociais destinados à educação, à saúde, a pensões e outros programas de garantia foram elementos dominantes nas despesas públicas dos países centrais, apontando para uma liberação do salário direto.

Entretanto, a função do fundo público a partir da consolidação do capitalismo oligopolista durante o regime militar traz diversas especificidades para o caso brasileiro, em que não subsiste uma instância pública reguladora dos mecanismos de mercado desde fora:

Aqui reside uma sutil mas notável diferença que dá o tom a todo o processo ocorrido – e em expansão – no Nordeste, como ademais no Brasil, que marca o caráter específico desse Estado do mal-estar. Baseadas e alimentadas por recursos estatais, as empresas não são públicas: esta metamorfose, obra do autoritarismo e marca do “capitalismo selvagem”, é a sutil diferença que separa a utilização dos fundos estatais, em casos como o do Nordeste e o do Brasil do processo da regulação pública, característico do Welfare State (OLIVEIRA, 1998, p. 81).

Ainda de acordo com Oliveira (1998), esse contraste reside no fato de que, apesar de os fundos serem estatais, a lógica de desempenho é privada, enquanto o setor privado, por sua vez, se alimenta da capitalização dos fundos estatais. Esse fenômeno se reflete na própria distribuição de renda altamente concentrada do período, pois, na medida em que somente o público se privatiza e não se publiciza o privado, o

movimento passa a ser unidirecional, isto é, apenas no sentido da substituição dos fundos de acumulação privada pelos estatais, mas sem a contrapartida em termos de um aporte sobre o salário indireto e de redistribuição de renda, por exemplo. Essa transformação é responsável por mesclar estatal e privado eliminando o público, logo, eliminando o espaço de regulação dos conflitos políticos. A expressão máxima que justifica essa forma de expansão econômica ao nível nacional reside na existência do Estado autoritário que incorpora essa mescla e produz “a eliminação das alteridades sociais e sua não-transformação em alteridades políticas” (OLIVEIRA, 1998, p. 85).

Ainda assim, o Estado autoritário permanecia uma forma política instável; a própria intensificação da competição intercapitalista – principalmente, entre capital estatal e capital estrangeiro – nos processos de fusão e concentração, por vezes, desestabilizava a coalizão de interesses das classes dominantes (OLIVEIRA, 1977). Transformações que já haviam se precipitado precocemente⁵⁶ neste período – como a “especulação bursátil” que já apontava no sentido de uma financeirização, de modo que:

Os mecanismos financeiros que presidem à expansão capitalista no Nordeste [como no Brasil] configuram o novo papel dos fundos públicos nos processos de constituição do capitalismo contemporâneo. Poderiam ser listados como estando na vanguarda precoce, de um *capital financeiro em geral*, que se arma a partir dos fundos públicos, se concretiza e se torna capital privado na órbita da produção, se traveja na modernidade de uma nova relação capital-trabalho, irriga o bem-estar na forma dos gastos sociais públicos, escanteia o acaso e o aleatório dos processos da reprodução econômica e social até o limite do possível em contextos históricos determinados, e potencia, de forma inimaginável para o século XIX, a própria capacidade de expansão e renovação do sistema (OLIVEIRA, 1998, p. 82).

Também as crescentes internacionalização produtiva e financeira, ilustradas pelo fenômeno do “milagre econômico”, apontam para a crescente importância que as finanças passam a exercer sobre a economia nacional; mas é somente com a tentativa de solução da crise pelo crescente endividamento externo que se abre as portas à financeirização da economia e das contas do Estado, alçando o Brasil à vanguarda das tendências do sistema capitalista mundial (OLIVEIRA, 1998). Todavia, a forma política sobre a qual se erguia, de mover-se a partir da violência de exceção em detrimento da alteridade sociopolítica, denunciava a impossibilidade de se concretizar em termos de

⁵⁶ Uma hipótese possível residiria na ideia de que os “50 anos em 5” de Kubitschek e a continuidade desse padrão acelerado de acumulação no período militar realmente pode ter permitido ao Brasil “saltos quânticos” ou “deslocamentos espaço-temporais” e, assim, se colocar na vanguarda das tendências de desenvolvimento capitalista mundial. Afirma Oliveira: “O que a literatura veio a chamar depois de *financeirização* da economia já se insinuava, subordinando a acumulação interna de capital ao movimento internacional do capital e retirando centralidade às decisões internas” (OLIVEIRA, 2006, p. 269).

hegemonia e, então, atirava-o novamente a uma situação de atraso diante dessa vanguarda.

3.2 Novo Dualismo ou Antiga Dialética?

A crise estrutural do capital na década de 1970 caracteriza-se por uma queda acentuada das taxas de crescimento que se mantinha até então e, assim, um abalo profundo no patamar de acumulação que marcou o período anterior. Nos Estados Unidos, a crise trouxe uma forte desvalorização nos ativos das classes mais altas e fez seu nível de riqueza despencar. A emergência do neoliberalismo aparece, então, como uma reação aos abalos no poder das classes capitalistas a nível global e, em sua resposta, têm se engajado em diversas formas de restaurar esse poder, implementando políticas de tributação favoráveis ao capital, realizando privatizações, flexibilizando mercados, incentivando a desregulamentação do sistema financeiro, e muitos outros mecanismos que terminam por aumentar a concentração de renda e riqueza em direção aos escalões superiores da sociedade.

De acordo com Harvey (2005a), a escala dos efeitos regressivos de redistribuição e o considerável incremento na desigualdade social têm se mostrado a tal ponto persistentes que passam a se destacar enquanto características estruturais desse projeto de neoliberalização. Essa reconfiguração crítica do estado de arte das relações entre Estado, capital e trabalho, principalmente nos países do capitalismo avançado, levou diversos teóricos do período a sinalizarem para um processo de “brasilianização” do mundo, em consequência da crescente polarização social desencadeada pela contrarrevolução liberal-conservadora das eras Reagan e Thatcher. É nessa linha de raciocínio, portanto, que Paulo Arantes (2004) irá indicar que a dualidade fundamental, típica das compreensões do subdesenvolvimento brasileiro, emerge como paradigma explicativo da secessão hierárquica entre integrados e descartados, que parece engolir o centro do sistema com o reaparecimento de práticas até então tidas como arcaicas e já superadas:

Numa palavra, a América não seria mais uma sociedade burguesa - tal como o Brasil, que nem mesmo chegou a sê-lo. Como um país periférico, nem mais nem menos, tornou-se uma sociedade partida em dois, “em que uma aflita maioria está espremida entre uma *underclass* sem esperanças e uma classe superior que recusa quaisquer obrigações cívicas”. Aliás, ainda mais intensamente dividida do que uma sociedade mal-acabada do sul do continente, à vista da explosão, sem precedentes na história do país, do encarceramento em massa, paralelamente à evasão das elites emparedadas em comunas fechadas. A seu ver, o avanço da financeirização da riqueza num

país fraturado assim, de alto a baixo, estaria arrastando os Estados Unidos a um “regime *rentier*, do tipo da América Latina” (ARANTES, 2004, p. 33).

A retirada gradual do apoio ao Estado de Bem-Estar Social, o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, a guinada no sentido da volatilidade, especulação e maior instabilidade no funcionamento da economia e predominância da flexibilidade e da aceleração determinando a lógica de funcionamento dos mercados de trabalho, investimentos em capital, produtos, padrões de consumo, formas tecnológicas e processos decisórios (públicos e privados) parecem apontar para uma espécie de convergência entre centro e periferia; mas a tese da brasilianização, tal como difundida à época, não passaria do “espectro de um equívoco, vistas as coisas do nosso ângulo” (ARANTES, 2004), devendo ser, portanto, devidamente reformulada, com auxílio das contribuições de Francisco de Oliveira e David Harvey. Eis o intento desta parte final.

Em primeiro lugar, a mobilidade em massa de capitais levou-os a se instalar em regiões de baixa sindicalização e tradição industrial, aproveitando incentivos fiscais e do baixo custo da força trabalho de regiões periféricas; se por um lado, isso levava muitas vezes à destruição de sistemas tradicionais e autossuficientes de produção – retornando às práticas de acumulação primitiva não mais como estratégia arcaica mas, sim, primeva, de desponte inicial –, por outras vezes, as formações tradicionais não eram inteiramente extinguidas, mas reorganizadas de forma funcional às práticas de exploração e controle da força de trabalho, renascidas não mais como apêndice, marginal às necessidades de expansão capitalista, mas agora como órgão central no interior da cadeia produtiva. Ademais, o contato com tais práticas de trabalho originalmente pautadas por esses “anacronismos locais” era então reabsorvido ao centro do sistema e tornados compatíveis às suas próprias condições. Entretanto, Harvey (1994) termina por descartar (precipitadamente) a hipótese de convergência dos sistemas de trabalho “terceiromundistas” e capitalistas avançados, uma vez que “a ascensão de novas formas de organização industrial e o retorno de formas mais antigas [...] representam coisas bem diferentes em diferentes lugares” (1994, p. 145); de fato, não se quer aqui afirmar que esse processo caminha para uma homogeneização das variadas práticas, nem que essas transformações não guardam mais que um regresso funcional diante das necessidades de acumulação vigentes. Na verdade, o que deve ser importante destacar é que, por mais diferentes que essas práticas se expressem nos mais variados contextos, podem ser reunidas, articuladas e significadas à luz do conceito de desenvolvimento desigual e combinado, como anteriormente apresentado por Francisco

de Oliveira: “a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação [moderna] e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação (...) para os fins de expansão do próprio novo” (2003, p. 60).

A própria expansão dos serviços nos termos de um “novo” setor informal também pode servir de exemplo. Anteriormente, quando do período de industrialização brasileira tardia, o setor informal ou “inchaço do Terciário” era nada mais que uma forma que “combinava acumulação insuficiente com o privilegiamento da acumulação propriamente industrial” (OLIVEIRA, 2003, p. 135), isto é, a mão-de-obra criada, por mais que se expandisse de forma aparentemente “arcaica”, isto é, sob baixa capitalização, não era uma reserva pré-capitalista de força de trabalho, mas aparecia dessa forma a partir daquele momento para fornecer serviços compatíveis às necessidades das cidades ao longo do processo de industrialização. Entretanto, com o comparecimento de formas de contratação mais flexíveis – como o trabalho de tempo parcial, temporário ou subcontratado – e assim, do novo setor informal, o sistema passa a canalizar maior extração de mais-valor absoluto mesmo com o desenvolvimento de novas tecnologias de organização da produção:

O regime dito de acumulação flexível resultaria da recombinação destas duas estratégias clássicas, porém em condições tais que diferentes sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado no mesmo espaço, assegurando ao empreendedor capitalista uma tal liberdade de escolha entre modos aparentemente incongruentes de exploração econômica como só se vira até então nas industrializações periféricas. Dai a forte impressão de dualização subdesenvolvida que provoca o espetáculo oferecido pela “desordem” do capitalismo antes organizado, pelo menos no Centro (ARANTES, 2004, p. 65).

Como defende Oliveira (2003) em *O Ornitorrinco*, a esse trabalho flexível, que na verdade já se torna um trabalho sem formas, tamanho nível de abstração que alcançou o trabalho da segunda modernidade, lhe é característico uma fusão entre mais-valor relativo e mais-valor absoluto, implicando também a identidade entre tempo de trabalho e tempo de produção: a chegada da Terceira Revolução Industrial permite tamanho salto de produtividade que a acumulação de mais-valor relativo, agora, sob o paradigma molecular-digital, vale-se essencialmente de um novo trabalho informal, ou melhor, do trabalho sem formas. No seu caráter absoluto, o capital usa o trabalhador apenas quando dele necessita, de modo que o adiantamento do capital na forma de salário deixa de ser um custo interno para se tornar um produto do seu trabalho *a posteriori*. “A contradição: a jornada da mais-valor relativo deveria ser de diminuição

do trabalho não-pago, mas é o seu contrário, pela combinação das duas formas” (OLIVEIRA, 2003, p. 136). Em suma, é mediante a eliminação da jornada de trabalho como mensuração do valor da força de trabalho (possibilitada pelo referido salto de produtividade do trabalho) que permite ao capital utilizar o trabalho abstrato do setor informal como *locus* de produção de mais-valor⁵⁷. O que este fenômeno revela, para o Brasil, é sua posição de *vanguarda do atraso e atraso da vanguarda* (OLIVEIRA, 1998), pois, de uma parte, altera de forma inédita o teor da reprodução social, refletindo “o lado contemporâneo não-dualista da acumulação de capital na periferia, mas que começa a se projetar também no núcleo desenvolvido” (OLIVEIRA, 2003, p. 137) e de outra, anuncia o atraso das vanguardas trabalhistas em consolidarem seus direitos com o ressurgimento do Estado de Democrático.

Sob a ótica, agora, das transformações do capital, Harvey (1989) destaca os processos de desorganização e reorganização sob novas configurações do capitalismo contemporâneo que marcaram essa transição de regimes de acumulação como um momento de grande agregação de capitais, mas também de maior dispersão. Na verdade, a contrarrevolução neoliberal não serviu somente para combalir o poder do trabalho, mas também para aplicar as leis coercitivas da concorrência como “executoras” das leis da acumulação. Assim, em um primeiro momento, a demanda por respostas rápidas e altamente especializadas estimulou uma grande onda de inovações produtivas, organizacionais e comerciais e incentivou variadas formas de arranjos corporativos, desde novas formas industriais (como as economias de escopo), até a integração da produção fordista com redes de subcontratação. Frequentemente, a disseminação de pequenos capitais não se dava de forma unilateral: na verdade, sua permanência no tempo exigia uma cadeia de prestações de serviços que conectava produtores independentes dispersos a empresas de operação de larga escala, geralmente transnacionais; isso indicava uma relação intrínseca entre pequeno e grande capital, que, quando não se articulavam em rede, uniam-se em propriedade, pelos processos de fusão e aquisição, permitindo tanto a diversificação dos ativos das empresas quanto a incorporação de nichos de mercado especializados.

[...] focando-se no capital, Harvey é capaz de mostrar que esta nova fase do capitalismo acarreta uma dialética complexa de descentralização e centralização, heterogeneidade e homogeneidade. Nesta base, Harvey realiza uma crítica severa às abordagens pós-modernas que hipostasiam um lado

⁵⁷ De forma complementar, notamos que “o brutal crescimento da produtividade do trabalho no atual contexto é a uma luta do capital para encurtar a distância entre as formas concretas e a essência abstrata do consumo da força de trabalho” (GENNARI, 2020, p. 99).

desta dialética, confundindo, por isso, desenvolvimentos em curso com uma ruptura libertária em relação ao passado. Por compreenderem criticamente a ordem existente apenas em termos de centralização e homogeneidade, tais abordagens celebram a descentralização e a heterogeneidade também geradas pelo capitalismo contemporâneo. Longe de serem críticas, abordagens pósmodernas, de acordo com Harvey, são expressões de uma nova configuração do capital que elas não apreendem. Dessa maneira, elas servem para velar e defender o capital em sua mais nova manifestação (POSTONE, 2008, p. 93).

A dialética desse movimento, tão comum à dinâmica de competição intercapitalista, produz justamente seu avesso, isto é, a monopolização (ou oligopolização), na medida em que as empresas mais fortes, detentoras de acesso privilegiado a informações, expulsam as mais fracas via processos de concentração e centralização. Entretanto, ao analisar o resultado líquido de ambos os movimentos, as tendências de oligopolização e monopolização acabam prevalecendo em número e qualidade. No caso brasileiro, o movimento expressou um deslocamento do capital regional diante do capital internacional, tendo se tornado um dos países em desenvolvimento com maior penetração estrangeira, apresentando elevados níveis de integração produtiva com as principais potências capitalistas (OLIVEIRA, 1998). O sucesso na concorrência entre capitais se dá pela garantia de maiores possibilidades de investimentos em métodos de produção ainda mais avançados e os mais bem-sucedidos em períodos anteriores tendem a ter maior probabilidade de sucesso no futuro, tal que as firmas pioneiras sejam também as mais beneficiadas. Além disso, a própria obstrução do acesso ao novo *know-how* científico na forma de patentes restringe ainda mais o apertado espaço para inovações e presença no mercado sem a infusão de investimentos maciços por um longo período, restando ao desenvolvimento tecnológico dos trópicos subsumir a um padrão meramente incremental, onde os “sistemas capitalistas subnacionais periféricos podem apenas copiar o descartável, mas não copiar a matriz da unidade técnico-científica” (OLIVEIRA, 2003, p. 139).

A intensificação em larga escala do processo de centralização de capitais beneficiou-se do contexto de acirramento da competição em escala global e da crise que, conjuntamente, retiravam produtores independentes do mercado, porquanto a retirada da malha de instituições sociais e políticas permitiu que o crescimento da riqueza social pudesse ser acumulado nas mãos de poucos. No Brasil da década de 1980, em especial, os efeitos da crise na estrutura proprietária dos principais *grupos econômicos* marcarão a economia de maneira prolongada. Assim, o que se verifica na periferia do sistema é um padrão de capitalismo hipercentralizado, mesmo para os parâmetros das potências do

centro avançado, com a dominância de um punhado de grandes conglomerados. Essas formas proprietárias se destacam não somente pelo tamanho, mas pela diversidade de nichos de mercado incorporados ao longo dos processos de concentração e centralização, isto é, pela união de diferentes frações do capital comercial, produtivo e financeiro, geralmente com a presença deste último na dianteira da coordenação das atividades.

Todo esse conjunto de transformações, que mudou a face do sistema produtivo, busca em última instância conferir ao capital a flexibilidade necessária para que aproveite as oportunidades de acumulação onde quer que elas se encontrem (no setor produtivo, no setor financeiro, nos negócios de Estado). Na regulação fordista que caracterizou a fase anterior, as formas institucionais que vinculavam capital monetário e trabalho, capital produtivo e meios de produção, capital mercadoria e produtos acabados eram fórmulas rígidas, incompatíveis com um ambiente de acumulação em permanente ebulição. É esta a razão que leva alguns autores, como Harvey, a afirmarem que essa fase da história capitalista é caracterizada por um ‘regime de acumulação flexível’, que é outra forma de falar do regime de acumulação sob dominância financeira, já que flexibilidade é uma das características constitutivas do capital financeiro (PAULANI, 2006, p. 81).

De fato, o processo de liberalização econômica em escala mundial ampliou sobremaneira os fluxos financeiros e os mecanismos de crédito, pois desde a lei geral de acumulação capitalista já se tinha que a própria expansão da produção capitalista e a acumulação contribui para o desenvolvimento da concorrência e do crédito, *as duas mais poderosas alavancas da centralização*, como já pontuava Marx. Assim, a centralização de recursos em setores diversos, permite a tais conglomerados desempenhar funções financeiras que estão muito além das possibilidades econômicas dos empreendimentos isolados, ainda mais sendo eles mesmos componentes fundamentais do mercado financeiro, de modo que “os grupos são uma engrenagem central da ciranda financeira, alavancando ficticiamente sua acumulação numa magnitude impensável para o capital individual” (OLIVEIRA, 1998, p. 149).

O aparecimento e disseminação da financeirização da economia tem sido traço marcante do neoliberalismo, apesar de que a especulação bursátil já se insinuava nos canais *modernizados* de financiamento nacional no Brasil desde o regime militar. Essa curiosa interpolação de fenômenos assincrônicos, não imediatamente idênticos, mas ainda assim, sintonizados não é de se estranhar. A pressão por transformações adaptativas nos aparelhos de Estado se acentuava conforme os fluxos financeiros passavam ao primeiro plano na articulação de decisões, orientando a lógica capitalista do poder (HARVEY, 2005b). Finalmente, em decorrência dessa mesma movimentação, o Estado Neoliberal emergia como uma forma política instável e contraditória,

profundamente entranhada nos “novos” processos de acumulação primitiva, isto é, de acumulação por espoliação. A comoditização indiscriminada da natureza, a conversão de várias formas de direitos de propriedade em direitos exclusivistas, de propriedade privada, a desapropriação dos bens comuns e sucessiva reincorporação na forma de ativos financeiros (sujeitos, então, às manipulações de crédito), a crescente recorrência da extração de rendas sob diversos setores, a financeirização das contas nacionais, e outros inúmeros exemplos indicam que os processos típicos da fase da acumulação primitiva de capital se fariam presentes de modo muito mais intenso do que se imagina, com potência suficiente para subscrever a ideia de Marx de que a violência seria invariavelmente a parteira da história (HARVEY, 2005a).

Exacerbado com a chegada da crise e impulsionado pelo paradigma da aceleração, reaviva-se também o desbravamento de novos territórios para a acumulação de capital, antes fora de alcance. Em outras palavras, quando a lógica é da acumulação por espoliação, poder do dinheiro e poder do Estado tendem a alinhar-se e o aparato estatal passa a ter um caráter fundamentalmente necessário, “seja porque pode dispor de seus ativos para mitigar as crises de sobreacumulação, seja porque produz capital fictício, seja por sua atribuição de formular e impor leis, seja finalmente porque detém o monopólio da violência” (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011, p. 257). Essa proximidade ameaçadora confere a esse agente um vínculo muito mais forte – diga-se de passagem, não somente genético, mas estrutural – aos interesses do capital do que quando se dedicava fundamentalmente apenas a sua função reguladora do ambiente econômico; na verdade, torna-se “virtualmente indispensável (...) quando o processo de acumulação é tangido pela finança e pela violência da acumulação por espoliação” (ALMEIDA FILHO; PAULANI, 2011, p. 257).

A privatização de tudo, ao lado das crises financeiras, tem aparecido como pivô central dentre os processos de espoliação, frequentemente oferecida como solução aos problemas trazidos por essa nova etapa – injustamente intitulados de “atrasos”. Mas deve ser importante lembrar que a fundição do estatal sob o privado dos anos de chumbo encerrou a função do público a um Estado já violentamente excludente em sua história. E onde, mais tarde, a reação burguesa procurará bloquear a construção de um espaço de regulação dos conflitos políticos, uma esfera pública de direitos, mas que já não é mais a forma de regulação desejada pelo Estado contemporâneo.

A gestão neoliberal do Estado implica conduzi-lo como se fosse um negócio, mas o resultado é o inverso do que ocorre quando essa racionalidade é aplicada ao setor privado. Em vez do acúmulo de recursos e da reprodução

ampliada do ‘capital público’, temos dilapidação dos recursos do Estado, encolhimento de seu tamanho, atrofiamento do espaço econômico público, em uma palavra: espoliação. Isso não quer dizer, no entanto, como já se tornou lugar-comum, que o Estado hoje seja fraco. Ao contrário, ele tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os ‘negócios de Estado’ da forma mais adequada possível de modo a preservar e contemplar grupos de interesse específicos (PAULANI, 2006, p. 80).

Em vistas dessa tendência generalizada de retorno à predação e expropriação, com uma lógica de desenvolvimento muito mais empenhada em redistribuir do que propriamente produzir, os regimes democráticos, sob o fulcro neoliberal, “revelaram-se, pois, formidáveis pastiches dos regimes ditatoriais” (OLIVEIRA, 1998, p. 209). Evidentemente, trata-se de um comentário construído para o contexto brasileiro, mas serve satisfatoriamente aos receios polanyianos de uma liberdade degenerada, à espreita do autoritarismo (HARVEY, 2005a); se aqui chegamos na vanguarda deste processo, foi apenas por falta de uma tradução melhor do termo “*disembeddedness*”; precipitados, como sempre, optamos por “desintegração”, reservando ainda a ironia de que foi pelo braço armado das ditaduras militares que se perseguiu a integração ao sistema capitalista, tanto a nível nacional (entre as demais regiões) quanta a nível internacional (desaguando em subordinação financeira), e da mesma forma, imiscuíram as fronteiras entre público e privado. Os regimes democráticos, em contraposição, herdando o peso da dívida externa do momento anterior, apagam os últimos vestígios de independência e autonomia como forma desesperada de sanar a tragédia que se colocara.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise que abalou a regulação fordista, ou caso se prefira, a regulação dos fundos públicos, suscitou questões que, em lugar de serem superadas, foram exacerbadas. Após um longo período de acumulação de capitais, a partir do início dos anos 1970 o capitalismo foi marcado por uma queda na taxa de lucro, apenas temporariamente restaurada pelos violentos processos de expropriação de ativos e constrangimento sindical, mas que perdurou enquanto problema para a classe capitalista mundial, mais bem sucedida em refundar as bases de sua dominação política. O enfraquecimento da demanda, que também caracterizou a onda inflacionária, não foi solucionado (tal que os altos índices de desemprego estrutural indicavam), senão remediado pelo recurso a rendas financeiras ou à polivalência do trabalho flexível. A precedência do capital financeiro diante dos investimentos produtivos também antes sintoma da crise, agora torna-se característica fundamental que, unida aos processos de concentração e centralização de capitais, conforma um quadro em que a oligopolização e a monopolização são processos reinantes, mas que se conectam a uma vasta cadeia de outras empresas, seja na forma de grupos econômicos, seja na vasta rede de contratação de empresas menores. Enfim, a crise do *Welfare State* talvez seja de cunho mais artificial, pois a necessidade de retração dos gastos públicos constantemente exigida é apenas para que sejam realocados nas mãos do capital privado.

Em ocasião da homenagem virtual realizada à obra e à pessoa de Francisco de Oliveira, André Singer (CENEDIC, 2020) relembra um curioso apontamento realizado há alguns anos pelo autor em destaque. Na Rússia de 1917, estava se processando uma transição do feudalismo para o capitalismo e, portanto, o que se verificava era um sistema híbrido, que combina elementos desses dois modos de produção. Trotsky teorizou essa transformação a partir da ideia de desenvolvimento desigual e combinado, como anteriormente exposto, mas Oliveira, por outro lado, agrega maiores observações a essa elaboração. Em sua visão, essa passagem nunca vai se completar e, nesse sentido, tal incompletude da Rússia é na verdade uma nova complexidade. Essa complexidade só será compreendida e teorizada já com o século XX bem avançado, por uma tradição de pesquisa que se abre no pós-Segunda Guerra Mundial, no esforço de entender as particularidades históricas da formação do capitalismo na América Latina, procurando construir uma teoria que aborde esses sistemas híbridos “incompletos”. Assim, ao teorizar essas realidades periféricas ou semi-periféricas, estaria efetivamente

contribuindo para a compreensão do capitalismo mundial, do movimento capitalista enquanto totalidade.

Como forma de ligar extremidades com seu núcleo, deve ser necessário “apreender a relação contraditória de inclusão e exclusão simultâneas que formam a unidade-dualidade entre centro e periferia” (DA SILVA MENDES, 2015, p. 102), considerando que “tanto na abertura de fronteiras externas como internas o processo é idêntico” (GENNARI, 2020, p. 91). Portanto, a título de análise, avalio ser mais adequado o uso da categoria de *desenvolvimento desigual e combinado* à noção de *desenvolvimento geográfico desigual*, dado que é no primeiro que se torna claro que não há “lado de fora” do capital, pois ele se move criando sua periferia desde dentro, um processo tornado paradigmático e intensificado sob o neoliberalismo. A “anomalia” periférica que parecia ter uma contribuição funcional datada – como queriam os cepalinos e demais sociólogos exageradamente otimistas em face da industrialização nacional –, elevava-se à lógica padrão na medida em que essa acumulação primitiva se torna recorrente e poderosa, que o trabalho sem formas, isto é, o trabalho precarizado se universalizava e privatizavam-se os fundos públicos sem se publicizar o privado (OLIVEIRA, 1998), ou em outros países de direitos efetivamente conquistados, destruindo o que se publicizou do privado.

O capital conseguiu, a partir de sua mundialização, ampliar as esferas de exploração do trabalho (e assim, de extração de mais-valor), mesmo que tenha tornado o trabalho, ou a relação de adiantamento de um salário, supérfluo. A revolução digital refundou essa relação nas bases de um trabalho abstrato virtual, que instaura a intermitência, a insegurança e a desqualificação na vida de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras (GENNARI, 2020). Com o suporte de Antunes (1999), entendemos que o processo se encaminhou no sentido de uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado e, por outro lado, “ocorreu um processo intensificado de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado” (ANTUNES, 1999, p. 207). O setor de serviços ampliou-se criticamente e, igualmente importante, ocorreu uma significativa heterogeneização do trabalho, que nada mais é do que o recurso aos diferentes tipos de mão-de-obra mais barata e vulnerável, colocados agora à disposição do capital.

Sem dúvidas, uma das formas destacadas por Harvey de acumulação primitiva se expressou na maneira pela qual o neoliberalismo trouxe a criação, a gestão e a

manipulação de crises no cenário mundial, tornadas mais fortes pela proliferação de bens de toda natureza transformados em ativos financeiros. Assim, conforme pontuado por Druck (CENEDIC, 2020), esse novo modo de regulação do capitalismo aguça as crises ao mesmo tempo em que se alimenta delas: a crise se torna o próprio paradigma de governo. Ademais, se as crises capitalistas colocam, de acordo com Harvey, os limites do capital, o neoliberalismo parece se emaranhar em uma circularidade demoníaca, que nas periferias aparece como um aceno ao totalitarismo. Torna-se um modelo de desenvolvimento truncado, sem alternativas para além de si mesmo.

Finalmente, no Brasil, já estávamos à frente da tendência neoliberal de privatização do Estado, na condição de uma estatização-privatização do público, ao menos, desde o período da regulação autoritária. Em essência, foi a expressão das relações de força no interior de uma economia sem alteridade sociopolítica e, como consequência, não chegara a se contrapor ao privado; o que de fato acontece é que “ela elimina o público e como decorrência perverte a própria ação estatal, que perde o poder de estabelecer as diferenças entre interesses gerais e particulares” (OLIVEIRA, 1998, p. 85). Conclusivamente, vale novamente trazer o comentário de Arantes:

Quem diria: nossa modernização de *rattrapage* acabou entroncando na Segunda Modernidade, a dinâmica reflexiva e triunfante da “modernização da modernização” manifestou-se finalmente na “desordem” de uma sociedade periférica, por definição inacabada. Queimando outra vez etapas, nos vemos de novo na vanguarda, quer dizer, na vanguarda da “superação” do regime de plena ocupação do trabalho no Ocidente. O Brasil desafia a imaginação sociológica como um laboratório único, no qual nossas certezas se desfazem (2004, p. 63–64).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N.; PAULANI, L. M. Regulação social e acumulação por espoliação: reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 243–272, ago. 2011.
- ANTUNES, R. L. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Ed, 1999.
- ARANTES, P. E. A fratura brasileira do mundo. In: **Zero à esquerda**. Coleção Baderna. [s.l.] Conrad Livros, 2004.
- BROWN, W. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and DeDemocratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690–714, dez. 2006.
- CENEDIC. **Homenagem a Chico de Oliveira: Primeiro Dia**. São Paulo, 12 nov. 2020. 1 vídeo (265 min). Publicado pelo canal uspfllch. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=J1YznFsDWu4&t=3432s>>. Acesso em: 27 ago. 2021.
- DA SILVA MENDES, F. **O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira**. Doutor em Sociologia—Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 23 mar. 2015.
- FANTON, H. The “Satanic Mill” in Neoliberalism. **Global Journal of HUMANSOCIAL SCIENCE**, v. 2, n. 21, p. 14–25, 2021.
- GENNARI, D. A. M. Introdução ao pensamento de Francisco de Oliveira: um aviso raro na dialética brasileira. **Revista Fim do Mundo**, n. 1, p. 86–103, 2020.
- HARVEY, D. **The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change**. Oxford [England]; Cambridge, Mass., USA: Blackwell, 1989.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.
- HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005a.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo (SP): Loyola, 2005b.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital: e as Crises do Capitalismo**. 1. ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2011.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. MORET, A. H. **A Economia Política Brasileira na obra de Francisco de Oliveira**. São Paulo (SP): PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC, 2011.
- MUSSE, R. DAVID HARVEY: PARA ALÉM DE UMA GEOGRAFIA DO CAPITAL. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 55–69, jun. 2014.

OLIVEIRA, F. DE *et al.* Crise e Concentração: quem é quem na indústria paulista. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 39, p. 149–171, 1994.

OLIVEIRA, F. DE. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

OLIVEIRA, F. DE. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. 1a. ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, F. DE. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. In: **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Colección Grupos de trabajo. 1. ed ed. Ciudad de Buenos Aires: CLACSO, 2006.

OLIVEIRA, F. D. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, F. D. Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 36, p. 3–7, jul. 1993.

OLIVEIRA, F. D. Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. In: **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. São Paulo: Petrópolis, 1999.

PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 67–107.

POSTONE, M. Teorizando o mundo contemporâneo: Robert Brenner; Giovanni Arrighi; David Harvey. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 81, p. 79–97, jul. 2008.

SALUDJIAN, A.; MIRANDA, F.; CARCANHOLO, M. **Marx, marxismo e mercado mundial: lei do valor, método e historicidade**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. **Anais...** In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Florianópolis (SC): 2015.

SANTANA JUNIOR, E. C. **A finança digitalizada: O papel das tecnologias de informação e comunicação no processo de financeirização da economia mundial**. Dissertação de mestrado—Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

WOOD, E. M. Modernity, postmodernity or capitalism? **Review of International Political Economy**, v. 4, n. 3, p. 539–560, jan. 1997.